



CULTURA DE PAZ NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA ÀS MULHERES E MENINAS

Promoção da Educação Popular Feminista,
Formação e Informação, visando à
desconstrução de estereótipos
discriminatórios e o fortalecimento de
mulheres e meninas, para acesso aos
direitos e prevenção à violência de gênero.

PAZ É A CIDADANIA DAS MULHERES!

Vera Vieira (coordenadora)

São Paulo - 2025

CULTURA DE PAZ NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA ÀS MULHERES E MENINAS

Vera Vieira

(coordenadora)

São Paulo - 2025

REALIZAÇÃO



APOIO



www.mulherespaz.org.br

associacao@mulherespaz.org.br

Título: **Edição eletrônica**
Cultura de Paz na Luta contra a
Violência às Mulheres e Meninas

Capa:
Neon Cunha

Concepção e coordenação do projeto:
Vera Vieira

Transcrição das gravações:
Rodrigo Perini

Coordenação da publicação:
Vera Vieira

Secretaria:
Walkíria Lobo Junqueira Ferraz

Editadora:
Associação Mulheres pela Paz

Local e Ano da publicação:
São Paulo - 2025

Edição:
Fratezi Produções

Edição Final:
Rosane Maximiano

Edição:
1a. edição

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vieira, Vera
Cultura de paz na luta contra a violência às
mulheres e meninas [livro eletrônico] / Vera
Vieira. -- 1. ed. -- São Paulo : Associação
Mulheres pela Paz, 2025.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-995398-6-2

1. Cultura de paz 2. Educação 3. Educação -
Finalidades e objetivos 4. Identidade de gênero
5. Mulheres - Vítimas de violência 6. Violência
contra as mulheres 7. Violência - Aspectos sociais
I. Título.

25-264530

CDD-370.115

Índices para catálogo sistemático:

1. Cultura de paz : Violência : Mulheres e meninas :
Educação 370.115

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



"A paz nunca é um projeto militar,
mas sempre um projeto civil,
um projeto coletivo das mulheres."

(Ruth-Gaby Vermolt-Mangold - Fundadora da PWAG -
Peace Women Across the Globe - Suíça)



"A paz se constrói no cotidiano das relações,
com negociação e diálogo,
liberdade e autonomia,
igualdade e dignidade!"

(Clara Charf - Presidenta da Associação Mulheres pela Paz)



"Paz significa desconstruir as
discriminações que determinam o grau de
poder e oportunidades
das pessoas em sociedade"

(Vera Vieira - Diretora-Executiva da
Associação Mulheres pela Paz)



"Que nada nos limite. Que nada
nos defina. Que nada nos
sujeite. Que a liberdade seja a
nossa própria substância."

Simone de Beauvoir, escritora francesa

SUMÁRIO

Introdução:

Desconstruir para edificar relações de gênero sem violência..... 09

A Legislação 17

Tipos de Violência 21

Canais de Ajuda 23

As singularidades e as similaridades das cidades paulistas 25

1. Santo André: a luta por políticas públicas

é antiga e permanente 27

2. Sumaré: região industrializada mas com

forte atuação de mulheres rurais 47

3. Ribeirão Preto: a ideologia progressista das mulheres em

contraponto ao conservadorismo local 67

4. Marília: a resiliência das mulheres migrantes, indígenas e rurais na região da

indústria alimentícia 91

5. Votuporanga: a ínfima rede de serviços em contraste

com o agronegócio 115



INTRODUÇÃO

por Vera Vieira

Desconstruir para edificar relações de gênero sem violência

A realidade assustadora da violência de gênero no Brasil e no mundo continua a ser o maior dos desafios da forma equivocada com que se dá a construção das relações sociais de gênero, que vêm sendo culturalmente reforçadas e historicamente mantidas.

Tais relações de gênero colocam a mulher em condição de subordinação ao homem, com sérias consequências para toda a sociedade. Conforme destacado pela ONU Mulheres, 24% das mulheres a partir de 15 anos são vítimas de violência de gênero. E como se sabe, o feminicídio é uma morte anunciada: começa com a implicância com a roupa curta, o xingamento, o empurrão, o tapa...

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), os registros policiais de feminicídios cresceram 6,1% em 2022, resultando em 1.437 mulheres assassinadas, sendo que 61,1% eram negras e 38,4% brancas. As agressões em

contexto de violência doméstica tiveram aumento de 2,9%, totalizando 245.713 casos; as ameaças cresceram 7,2%, resultando em 613.529 casos; e os acionamentos ao 190, número de emergência da Polícia Militar, chegaram a 899.485 ligações, o que significa uma média de 102 acionamentos por hora. Os registros de assédio sexual cresceram 49,7% e totalizaram 6.114 casos em 2022 e importunação sexual teve crescimento de 37%, chegando ao

patamar de 27.530 casos no último ano. Em 2022 houve o maior número de registros de estupro e estupro de vulnerável da história, com 74.930 vítimas, sendo que 88,7% das vítimas eram do sexo feminino.

Com base no levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em 13/11/2023, somente no

Conforme destacado pela ONU Mulheres, 24% das mulheres a partir de 15 anos são vítimas de violência de gênero. E como se sabe, o feminicídio é uma morte anunciada: começa com a implicância com a roupa, o xingamento, o empurrão, o tapa...

primeiro semestre de 2023, o Brasil registrou 722 feminicídios, o que representa um aumento de 2,6% em comparação com os 704 casos do mesmo período de 2022. Na avaliação da diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno, a alta dos feminicídios no Sudeste é preocupante. “Em São Paulo, que teve crescimento bastante expressivo [33,7%]; a gente tem recebido relatos de como a rede de acolhimento tem sido desmontada, como não tem sido prioridade o funcionamento dessa rede. Como se precarizou esse atendimento e a articulação dos serviços, especialmente Município e Estado, que são eles que recebem essa mulher, que são a porta de entrada dessa mulher [vítima de violência]”, explica.

Este projeto é fundamental para as mulheres e meninas das áreas periféricas urbanas e rurais, pois a maneira equivocada com que se aprende a expressão da feminilidade e da masculinidade precisa ser desconstruída em todos os espaços: dentro de casa, na rua, nas escolas, nas igrejas, nas leis, nas instituições públicas e privadas, na

literatura (na escrita e nas imagens), nos meios de comunicação de massa... Para o processo de desconstrução, são necessárias a sensibilização e a conscientização dos preconceitos e das discriminações, principalmente dos vieses inconscientes, que são “as preferências que ficam escondidas no

inconsciente e que influenciam as atitudes, as percepções, os julgamentos e as ações das pessoas sem que elas percebam que estão dando vantagem para um determinado aspecto”. Nada melhor do que a metodologia de

educação popular feminista que vai trabalhar aspectos teóricos da problemática, mas principalmente aspectos emocionais, que levam à sensibilização e o impulsionamento para a busca de recursos, visando viver uma vida sem violência, pacífica e digna.

Torna-se fundamental levar avante ações educativas construídas de forma dialógica, no sentido de enfrentar a realidade da violência de gênero, para

Para o processo de desconstrução, são necessárias a sensibilização e a conscientização dos preconceitos e das discriminações, principalmente dos vieses inconscientes.

interromper o ciclo de perpetuação da trágica realidade demonstrada por estatísticas alarmantes.

A metodologia de educação popular feminista tem por base a *construção coletiva do conhecimento*, levando em conta aspectos objetivos e subjetivos, pois considera-se que a realidade é construída pelas pessoas tanto pela via da razão como pela via da emoção. É uma forma dialógica de educar – com base na realidade das pessoas participantes, *com elas e não para elas*. Assim, o conhecimento é gestado de forma coletiva, considerando-se a visão local, para inseri-la no contexto global e vice-versa.

Além disso, o conceito ampliado de paz, que se baseia na Resolução 1325 da ONU, é um instrumento eficaz na abordagem da violência de gênero, principalmente junto ao público jovem. Trata-se de um conceito de paz ampliado, que remete às ações do cotidiano. A guerra do dia a dia está retratada também na

discriminação gênero, na violência contra a mulher. No aprofundamento desse conceito estarão entrelaçados os conceitos de feminismos, masculinidades, patriarcado, educomunicação, com recorte de classe, étnico-racial, geracional, localização geográfica, identidade de gênero e orientação sexual.

Este projeto seguiu à risca todos os passos

da metodologia, que contempla as quatro fases abaixo, para garantir o sucesso das atividades:

➔➔ **Preparação:** estudo sobre o perfil e necessidades das pessoas participantes. Com um mês de antecedência, foi realizado um encontro presencial de preparação em cada uma das localidades para também

adaptar a metodologia à realidade local, com as principais lideranças, incluindo todas as principais interseccionalidades, ocasião em que foram definidas

A metodologia de educação popular feminista tem por base a construção coletiva do conhecimento, levando em conta aspectos objetivos e subjetivos, pois considera-se que a realidade é construída pelas pessoas tanto pela via da razão como pela via da emoção. É uma forma dialógica de educar – com base na realidade das pessoas participantes, com elas e não para elas.

participantes da oficina, palestrantes e logística necessária. A fase de preparação exige enfoques específicos para as diferentes temáticas, levando sempre em conta que participantes são pessoas que se caracterizam por distintas atitudes sociais. Entretanto, estão agregadas coletivamente por uma aura, uma atmosfera, um estado de espírito, em busca do objetivo comum de conquistar uma vida digna e sem violência.

➤➤ **Capacitação:**

é a formação em si, que foi realizada presencialmente, com no mínimo 50 pessoas, abordando diversos focos, entre eles, conceito ampliado de paz, relações de gênero, estereótipos e discriminações, vieses inconscientes dos preconceitos, vulnerabilidade étnico-racial e LGBTQIAPN+, violência de gênero (tipos e leis), estratégias de prevenção à violência de gênero.

➤➤ **Continuidade:** trata-se do **processo de multiplicação**, cujo consenso sobre as

ações futuras foi realizado pelas pessoas participantes ao final do encontro de formação.

Em cada uma das localidades, foram incluídas as cidades da região, na maioria delas com um total de mais de dez. Outro aspecto importante a salientar, são as parcerias locais formadas por ONGs, órgãos do governo e universidades, que em muito contribuíram para todo o processo das atividades.

➤➤ **Sistematização dos processos de formação:** por valorizar o conhecimento acumulado pelas pessoas participantes, em cada uma das realidades, todo o projeto culmina com uma publicação final, importante instrumento para o processo de multiplicação.

Vale ressaltar que, em cada uma das localidades, foram incluídas as cidades da região, na maioria delas com um total de

mais de dez.

Outro aspecto importante a salientar, são as parcerias locais formadas por ONGs, órgãos do governo e universidades, que em muito contribuíram para todo o processo das atividades. Também houve o empenho de visibilização dos eventos junto aos meios de comunicação de massa e mídias sociais, o que é fundamental para se abarcar um público mais amplo para a causa do enfrentamento à violência de

gênero, propiciando a saída “da bolha” e de deixarmos de falar “de nós para nós mesmas”.

Foi um processo de riqueza ímpar a experiência deste projeto em cinco cidades do estado de São Paulo: Santo André, Sumaré, Ribeirão Preto, Marília e Votuporanga. O evento final, em São Paulo, com algumas lideranças de todas essas cidades, para o lançamento desta publicação e apresentação das experiências, sem sombra de dúvida, significa a coroação do sucesso do projeto, que abarcou, de fato, a diversidade e pluralidade de mulheres tão guerreiras.

Dentre os impactos esperados, destacam-se:

➤➤ Resignificação

das relações sociais de gênero (algo que se modifica ao modificar), por meio da conscientização sobre a existência de vieses inconscientes como impulsores da hierarquização entre mulheres e homens com base, principalmente,

nas diferenças de sexo, raça, etnia, orientação sexual e identidades de gênero;

➤➤ Contribuição no processo de quebra do silêncio e da invisibilidade da grave realidade da violência de gênero, com destaque para o feminicídio, levando em conta as principais interseccionalidades;

➤➤ Fortalecimento das participantes no processo de prevenção e enfrentamento à violência de gênero;

➤➤ Aumento da sensibilidade de lideranças efetivas e potenciais sobre a gravidade das atitudes de reforço de estereótipos discriminatórios no dia a dia, já que são consideradas grandes referên-

Foi um processo de riqueza ímpar a experiência deste projeto em cinco cidades do estado de São Paulo: Santo André, Sumaré, Ribeirão Preto, Marília e Votuporanga. O evento final, em São Paulo, com algumas lideranças de todas essas cidades, para o lançamento desta publicação e apresentação das experiências, sem sombra de dúvida, significa a coroação do sucesso do projeto, que abarcou, de fato, a diversidade e pluralidade de mulheres tão guerreiras.

cias comportamentais;

➤➤ Contribuição na luta pelo enfrentamento à violência contra mulheres e meninas;

➤➤ Contribuição para o embasamento de políticas públicas relativas à prevenção da violência de gênero;

- Implementação da rede, local e regional, de atendimento à violência de gênero;
- Aumento da sensibilidade da mídia e da opinião pública sobre a gravidade da problemática, como consequência das desigualdades de gênero, além da cooptação de um público mais amplo, saindo, assim, “da bolha” e deixando de “falar de nós para nós mesmas”;
- Troca de solidariedade e apoio entre sobreviventes de violência de gênero e outras mulheres e meninas que participaram das atividades práticas ou pela interação com a intervenção nos veículos de comunicação de massa e nas mídias sociais.

Fica aqui o convite para que você faça uma agradável e consistente viagem às cidades onde realizamos as atividades, comprovando a riqueza de conteúdo e a diversidade das participantes.

Vera Vieira

Responsável pela concepção e coordenação do projeto

Diretora-Executiva

Associação Mulheres pela Paz





LEI DO ASSÉDIO SEXUAL (10.224/2001)

Constranger alguém para obter vantagem ou favorecimento sexual; baseia-se em uma relação de hierarquia e subordinação entre a vítima e o agressor. A pena é de um a dois anos.

LEI MARIA DA PENHA (11.340/2006)

Violência física, sexual, patrimonial (ver tabela na página 21). A pena mínima é de três anos.

LEI CONTRA ESTUPROS (12.015/2009)

Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. É considerado um crime hediondo. A pena é de seis meses a 10 anos de reclusão para o criminoso, aumentando para oito a 12 anos se há lesão corporal da vítima ou se a vítima possui entre 14 a 18 anos de idade, e para 12 a 30 anos, se a conduta resulta em morte. Em caso de gravidez, a lei prevê direito ao aborto (art.216 do Código Penal). Procure um hospital especializado pelo site <https://mapaabortolegal.org/sobre-o-mapa/>

LEI CAROLINA DIECKMANN (12.737/2012)

Invasão de computadores, tablets, smartphones, conectados ou não à internet, que resulte na obtenção, adulteração ou destruição dos dados e informações. Quando o projeto tramitava, a atriz teve seu computador invadido e fotos pessoais divulgadas.

LEI DO MINUTO SEGUINTE (12.845/2013)

Assegura atendimento imediato, obrigatório e integral pelo SUS às vítimas de violência sexual (estupro ou tentativa de estupro), sem necessitar de boletim de ocorrência ou apresentar provas, bastando a palavra da vítima.

LEI DO FEMINICÍDIO (13.104/2015)

Quando for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. É crime hediondo. A pena é de 12 a 30 anos.

LEI JOANA MARANHÃO (12.650/2015)

Altera os prazos de prescrição de crimes de abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, aumentando para 20 anos e estabelecendo o início da contagem após a vítima completar 18 anos. A lei leva o nome da nadadora brasileira que sofreu abusos sexuais de seu treinador aos nove anos de idade. Hoje, ela é uma ativista contra a pedofilia.

LEI DO TRÁFICO DE PESSOAS (13.344/2016)

Facilita punição e amplia proteção à vítima. A pena é de quatro a oito anos, mais multa.

**LEI DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL OU ASSÉDIO NO TRANSPORTE PÚBLICO
(13.718/2018)**

Atos libidinosos sem o consentimento da vítima, como toques inapropriados, beijos “roubados”. A pena é de um a cinco anos. Também tipifica como crime a divulgação de cena de estupro ou de qualquer registro que faça apologia ou induza à sua prática. Também define como causas para aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo.

LEI 13.642/2018 (universo virtual)

Determina que a Polícia Federal passa a ter a atribuição de investigar os crimes praticados na rede mundial de computadores, que contenham conteúdos misóginos.

LEI 13.931/2019 (notificação compulsória)

Estabelece a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher (indícios ou confirmação), atendida em serviços de saúde públicos e privados, determinando a comunicação à autoridade policial, no prazo de 24 horas, para providências cabíveis e fins estatísticos.

LEI 7.716/1989 (racismo e LGBTfobia)

Pune os crimes de racismo e LGBTfobia (a partir de 2019, considerando-se a mesma lei contra o racismo), com pena de um a cinco anos de prisão mais multa. São considerados crimes inafiançáveis.

LEI 14.132/2021 (perseguição - *stalking*)

Com a finalidade de proteger a liberdade individual da vítima, que é abalada por condutas que a constroem a ponto de invadir sua privacidade e de impedir sua livre determinação e o exercício de liberdades práticas, o que afeta especialmente às mulheres.

LEI SINAL VERMELHO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (14.188/2021)

Cria o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, altera a modalidade da pena de lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e cria o tipo penal da violência psicológica contra a mulher. É a letra X escrita na mão da mulher, de preferência vermelha, que funciona como um sinal de denúncia de forma silenciosa e discreta de situação de violência. Quem se deparar com isso, deve chamar a polícia para providências.

LEI CONTRA A VIOLÊNCIA POLÍTICA (14.192/2021)

Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, incluindo a divulgação de fato ou vídeo com conteúdo falso no período de campanha eleitoral, criminaliza a violência política contra a mulher e assegura a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais.

LEI MARIANA FERRER (14.245/2021)

Pune o constrangimento de vítimas e testemunhas em julgamentos de crimes sexuais. Recebeu o nome da modelo e influenciadora, que denunciou ter sido dopada e estuprada enquanto trabalhava como embaixadora de uma festa, em um beach clube de Florianópolis, Santa Catarina.

LEI 14.540/2021 (administração pública)

Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e Violência Sexual no âmbito da Administração Pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.

LEI 14.541/2023 (DDM 24 horas)

Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias de Defesa à Mulher, durante toda a semana, inclusive em fins de semana e feriados.

LEI 14.542/2023 (prioridade no Sine)

Estabelece que mulheres em situação de violência doméstica ou familiar terão prioridade no Sistema Nacional de Emprego (Sine).

LEI 14.550/2023 (alteração da Lei Maria da Penha)

Altera a Lei Maria da Penha com o objetivo de reforçar o caráter protetivo à mulher, estabelecendo sua aplicação independentemente da causa ou da motivação dos atos de violência e da condição do ofensor ou da ofendida. Além disso, condiciona a concessão e a manutenção da medida preventiva apenas à existência de risco.

LEI 14.786/2023 - NÃO É NÃO - MULHERES SEGURAS

Para combater violência contra as mulheres em bares, boates e shows com bebidas alcoólicas e competições esportivas. Os estabelecimentos terão que monitorar eventuais situações de constrangimento ou violência.

LEI CONTRA BULLYING E CYBERBULLYING

Em 15/01/2024, o presidente Lula sancionou lei que reforça proteção a crianças e adolescentes contra violência nas escolas, criminalizando as práticas de bullying e cyberbullying e transformando em crimes hediondos atos como pornografia infantil, sequestro e o incentivo à automutilação. Uma série de atos contra menores de 18 anos foi incluída na categoria de crimes hediondos.



VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: humilhações, ridicularizações, ameaças, vigilância constante, perseguição, chantagens, controle da vida social.

VIOLÊNCIA MORAL: xingamentos, injúrias, calúnias, difamação (chamar de louca, vadia, acusar de traição...).

VIOLÊNCIA SEXUAL: sexo forçado com outras pessoas, sexo em troca de dinheiro ou bens, obrigar a ver pornografia, impedir o uso de método contraceptivo, forçar uma gravidez, forçar um aborto.

VIOLÊNCIA FÍSICA: tapas, socos, chutes, tentar enforcamento, agressões com armas e outros objetos, amarras, torturas, feminicídio.

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL: quebrar celulares e objetos pessoais, rasgar fotos, quebrar móveis, rasgar roupas, estragar objetos de trabalho.

VIOLÊNCIA VIRTUAL: divulgar/ compartilhar fotos e vídeos íntimos pela internet e/ou redes sociais, sem autorização da mulher, com o propósito de humilhá-la ou chantageá-la; utilizar redes sociais e celulares para propagar comentários depreciativos com relação à mulher.



. É gratuito e confidencial. Recebe denúncias, tira dúvidas e fornece informações sobre onde buscar atendimento. Funciona 24 horas, inclusive fins de semana e feriados.



Funciona 24 horas, inclusive fins de semana e feriados. Integra, no mesmo espaço, serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público; Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; serviços de saúde; cuidado das crianças - brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes. Integra o Programa Viver sem Violência do Ministério das Mulheres. Atualmente, estão em funcionamento 11 das 40 previstas: Palmas/TO, Campo Grande/MS, Boa Vista/RR, Ceilândia/DF, Fortaleza/CE, Curitiba/PR, São Paulo/SP, São Luís/MA, Salvador/BA, Teresina/PI e Ananindeua/PA. Em São Paulo, fica na rua Vieira Ravasco, 26, Cambuci; fone: (11) 3275-8000.



Funciona 24 horas, inclusive fins de semana e feriados. É gratuito e confidencial. Recebe denúncias sobre violações de direitos humanos contra crianças e adolescentes, população LGBT, em situação de rua, negra, pessoas com deficiência.

DELEGACIAS DE DEFESA DA MULHER (DDMs): Registram ocorrências, investigam e apuram crimes de violência contra a mulher. Também fazem encaminhamento jurídico e para exames no IML (Instituto Médico Legal). A lista de DDMs pode ser encontrada em: <http://www.ssp.sp.gov.br/servicos/>

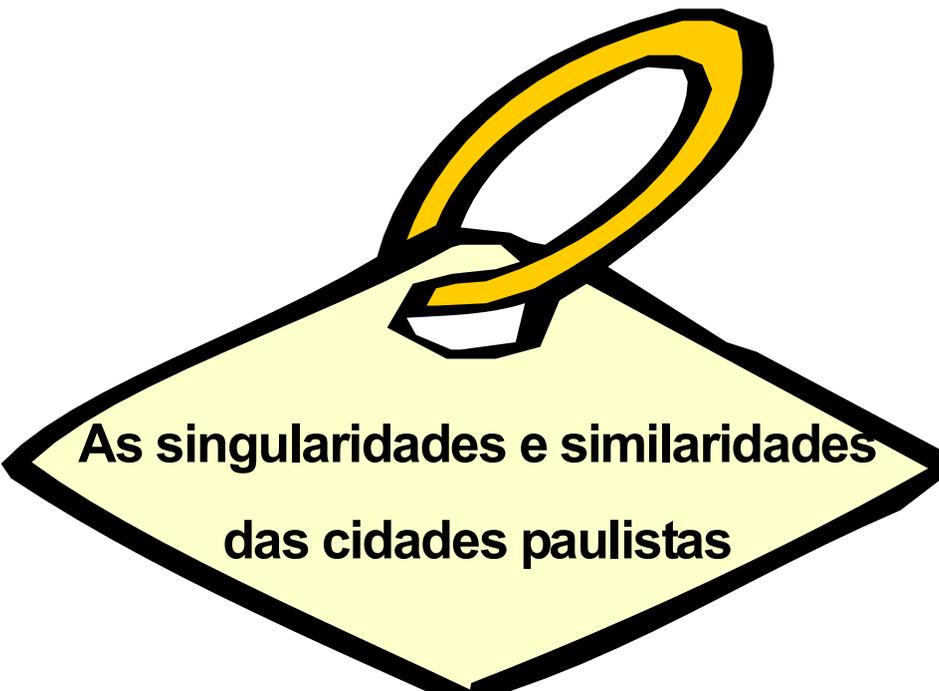
DELEGACIA ELETRÔNICA (ONLINE): Sem sair de casa, você pode denunciar, acessando: <http://www.delegaciaeletronica.policiacivil.sp.gov.br> - procure DDM online.

DISTRITOS POLICIAIS: Registram ocorrências, solicitam Medidas Protetivas, investigam e apuram crimes, além de encaminhamento de inquérito policial para o IML.

CRAS E CREAS: Esses serviços podem fazer encaminhamentos para casa-abrigo.

PROJETO JUSTICEIRAS: Apoio de voluntárias pelo WhatsApp: (11) 99639-1212.





As singularidades e similaridades das cidades paulistas



1. Santo André: a luta por políticas públicas é antiga e permanente



Durante o Evento Preparatório, em 6/5/24, no Hotel Plaza Mayor, as principais lideranças da rede local de enfrentamento à violência contra a mulher contribuíram com a gestão coletiva da oficina de capacitação, em termos de conteúdo, palestrantes e lista de participantes que incluiu as interseccionalidades.



A oficina de capacitação em 27/5/24 reuniu 51 lideranças diversas e plurais, de ONGs, órgãos de governo e universidades, de sete cidades da região: Santo André, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Houve 25 parcerias locais e expressiva participação de integrantes da Patrulha Maria da Penha.



Santo André é uma das cidades do chamado Grande ABC, que fica a apenas 25 km² da capital paulista. A população é de 750 mil habitantes. A história da cidade remonta ao período colonial, quando a região era habitada por indígenas e posteriormente colonizada por portugueses. O desenvolvimento inicial da cidade está intimamente ligado à agricultura, especialmente ao cultivo de cana-de-açúcar, que se tornou a base econômica da região no século XVIII. O município de Santo André foi oficialmente fundado em 8 de abril de 1553, sendo um dos mais antigos do estado de São Paulo. A cidade recebeu esse nome em homenagem a Santo André, um dos apóstolos de Jesus Cristo. Com o passar dos anos, a cidade começou a se desenvolver, atraindo imigrantes e trabalhadores que buscavam melhores oportunidades. No final do século XIX e início do século XX, Santo André SP passou por um processo de industrialização acelerado, com a instalação de fábricas e indústrias que atraíram um grande número de trabalhadores. Esse crescimento populacional resultou na urbanização da cidade, que começou a se transformar em um importante polo industrial da região do ABC Paulista. A imigração teve um papel fundamental na formação da identidade de Santo André. A cidade recebeu um grande número de imigrantes italianos, espanhóis e alemães, que contribuíram para o desenvolvimento econômico e cultural da região. Esses grupos trouxeram suas tradições, costumes e influenciaram a culinária local, tornando a cidade um caldeirão de culturas. Durante o século XX, Santo André SP foi palco de importantes movimentos sociais e políticos, especialmente durante a ditadura militar brasileira. A cidade se destacou como um centro de resistência e luta pelos direitos civis, com a formação de sindicatos e movimentos populares que buscavam melhores condições de vida e trabalho para a população. Santo André está entre as 100 melhores grandes cidades para se viver no Brasil.

Fonte: <https://cidades-sp.axa.org.br>

Participantes da Oficina de Capacitação

Adriana da Silva - Coordenadora Nacional de Mulheres Executivas Estadual do FONSANOTMA-São Bernardo do Campo/SP

Adriana Maclei Barbosa Serafim - Frente Regional d Mulheres do ABC - ABC/SP

Andréa Moledo - CREAM/SCS- São Caetano do Sul/SP

Andreia Barbosa da Silva - Cozinha Solidária do MTST - Santo André/SP

Angela Fiuza Presidente do CMDPM - Conselho da Mulher de São Caetano do Sul - São Caetano do Sul/SP

Caroline Silva do Nascimento - PLP e Negra SIM - Mulheres Negras - Santo André/SP

Caroline Vilella - Comitê de combate à Violência - Santo André/SP

Celina Ferreira Matheus - CREAM - São Caetano do Sul/SP

Claudemir Munhoz - Inspetor Munhoz - São Caetano do Sul/SP

Cláudia Geôvania Batista - PLP e PROLEG - Curso do Centro de Santo André - Santo André/SP

Claudia Maria Poleti Oshiro - Coordenadora do Centro de Referência de São Bernardo do Campo - São Bernardo do Campo/SP

Daiana Ebert - CREAM/SCS - São Caetano do Sul/SP

Daniela Henrique - Assessora Parlamentar - Ribeirão Pires/SP

Danielle Coelho - Patrulha Maria da Penha - Santo André/SP

Dulcelina Vasconcelos Xavier - Coordenadora do Curso de PLP de SBC - São Bernardo do Campo/SP

Eleni Rangel - CLAI - Conselho Latino Americano de Igrejas - Santo André/SP

Elisabeth Tognetti Munhoz - 1º CEL - São Caetano do Sul/SP

Elizabeth Blanck Virgílio da Silva - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - Santo André

Fábio Ferreira - GCM -Ribeirão- Santo André/SP

Fernanda Costa Hueso - Defensora Pública/ Coordenadora do NUDEM- São Paulo/SP

Flávio Urra - ONG e Agora José? - Mauá/SP

Isabela Guimarães Carlos - Vem Maria - Santo André/SP

Ivone Gomes Patriota Soares - Coordenação do Curso de PLPs de SBC - São Bernardo do Campo/SP

Jaqueline Cardoso Luta Marcussi - Classe Distinta Patrulha Maria da Penha- Diadema/SP

João Batista Lino Ferreira - GCM Santo André - Santo André/SP

Julia Gomes da Silva - PROLEG - Santo André/SP

Leda Aparecia da Silva Bezerra - Coordenadora do Curso e PLP de Diadema- Diadema/SP

Luciara de Cassia C. Campos- DDM - São Caetano do Sul/SP

Marcelo Ferreira da Silva - Coronel Patrulha Maria da Penha- São Caetano do Sul/SP

Márcia Maria Gomes da Cruz- Vereadora de Ribeirão Pires - Ribeirão Pires/SP

Marcos do Nascimento Etelvino - CE Etelvino - São Caetano do Sul/SP

Maria Cristina Pache Pechtoll - Coordenadora do Curso de PLP Distrito de Capuava - Santo André

Maria Eduarda Barros do Nascimento - Cozinha Solidária da MTST - Santo André/SP

Maria Elivania Gomes de Moura - GCM/Ribeirão Pires- Ribeirão Pires/SP

Maria José Lopes Souza- Grupo de Mulheres na Periferia/ Levante São Paulo contra o Femicídio- Indaiatuba/SP

Mariana Fatima Evangelista – Assessora Parlamentar – Ribeirão Pires /SP

Maura Persan - Nhande Val eté ABC - Mauá/SP

Nadir Maria de Jesus - Presidente da PROLEG - Santo André/SP

Neide Souza- GCM/Ribeirão Pires - Ribeirão Pires/SP

Patrícia de Jesus Lima -1ª. Classe Patrulha Maria da Penha - Diadema /SP

Patricia Helena Moretti - Enc. dos Programas de Atenção à Pessoa com Deficiência - Secretaria de Pessoas com Deficiência- Santo André/SP

Rai Neres - Diretor e Co-Fundador da Casa Neon - São Bernardo do Campo/SP

Samara Arckcelio - ONG ATRAVESSA- Associação de Travesti e Transex de Santo André- Santo André/SP

Silmara Conchão - Presidenta do CESCO- Centro de Estudos de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina do ABC - Santo André/SP

Silvia Guayaná Muiramoni - Nhande Val eté ABC- Santo André/SP

Terezinha Rosa de Sena - Instituto Mulher Comunidade - Santo André/SP

Vanderli Carvalho Monteiro - Coordenadora do Curso de PLP de Mauá - Mauá/SP

Vera Vieira - Diretora Executiva da Associação Mulheres pela Paz -São Paulo/SP

Vincenzina de Simone - Inspetora da Guarda Civil Municipal de Santo André - Santo André/SP

Walkiria Lobo Junqueira Ferraz - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Welma Ferreira Araujo - Vem Maria - Santo André/SP

Expectativas





PARCERIAS LOCAIS (REGIÃO)

Frente Regional do ABC – Enfrentamento da Violência contra as Mulheres; **Santo André:** Guarda Civil Municipal/ Patrulha Maria da Penha; PROLEG (Promotoras Legais Populares); NUREC/FMABC (Núcleo Rondon de Extensão Universitária da Faculdade de Medicina do ABC); Coletivo LGBTQIA Prisma Dandara dos Santos – UFABC; Covid na Favela.com.br; CESCO (Centro de Estudos de Saúde Coletiva do ABC); Centro Universitário da FMABC; Defensoria Pública do Estado de São Paulo, NUDEM (Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres); Nhande Vae Ete abc, Entre Nós – Assessoria, Educação e Pesquisa; MTST Brasil (Movimento Trabalhadores sem Teto); ONG Atravessa (Associação das Travestis e Transsexuais de Santo André). **Diadema:** Guarda Civil Municipal/ Patrulha Maria da Penha. **Mauá:** PLPs (Promotoras Legais Populares); E agora, José?. **Ribeirão Pires:** Coletiva de Mulheres. **Rio Grande da Serra:** Guarda Civil Municipal/ Patrulha Maria da Penha. **São Bernardo do Campo:** PLPs (Promotoras Legais Populares); Casa Neon Cunha. **São Caetano do Sul:** Centro de Referência Especializado em Assistência à Mulher; Guarda Civil Municipal/ Patrulha Maria da Penha; Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; PLPs (Promotoras Legais Populares).

REALIZAÇÃO

Associação Mulheres pela Paz

APOIO

Ministério das Mulheres do Governo Federal

Santo André e Região



Agenda da Oficina

HORÁRIO	TEMA	RESPONSÁVEL
9h - 9h30	Credenciamento e café	Walkíria L.J. Ferraz Logística e Secretária
9h30 - 10h30	Dinâmica de apresentação e contextualização do projeto	Vera Vieira (1)
10h30 - 11h30	A PAZ é feminista e interseccional	Vera Vieira (1)
11h30 - 12h30	Feminismos e Feminilidades, Patriarcado e Masculinidades, Vieses Inconscientes da Discriminação	Silmara Conchão (2) Flávio Urra (3)
12h30 - 13h30	Almoço	
13h30 - 14h30	Os tipos de violência contra mulheres e meninas, as leis e os canais de ajuda	Zeza Lopes
14h30 - 15h30	A interseccionalidade étnico-racial como fator agravante da violência	Cláudia Geovana Batista (4) e Adriana Silva (5)
15h30 - 16h30	A vulnerabilidade da população LGBTQIA+	Samara Arkcélio (6) e Raí Neres (7)
16h30 - 17h30	Plano de Ação de Continuidade	Vera Vieira (1)

(1) **VERA VIEIRA** - Doutora em comunicação e feminismo pela USP/ECA; diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz; educadora popular feminista; ex coordenadora da Rede Mulher de Educação; é autora ou organizadora de diversas publicações interconectando estudos de gênero e novas tecnologias, e sobre violência de gênero; (2) **SILMARA CONCHÃO** - Feminista, professora universitária, presidenta do CESCO – Centro de Estudo de Saúde Coletiva/FMABC, ex Secretária de Políticas para as Mulheres de Santo André, socióloga, mestra em sociologia e doutora em Ciências da Saúde; (3) **FLÁVIO URRÁ** - Psicólogo e sociólogo, mestre em

psicologia social pela PUC/SP, especialização em violência doméstica pelo LACRI/USP, coordenador do programa E Agora, José? e do curso Gênero e Masculinidades. **(4) ZEZA LOPES** - Socióloga; educadora popular feminista; membra da Rede Mulher de Educação, do Grupo de Mulheres na Periferia e do Levante São Paulo contra o Femicídio; integrou a equipe de um dos três primeiros serviços no enfrentamento à violência de gênero no Brasil, na década de 1980. **(5) CLÁUDIA GEOVÂNIA BATISTA** - Psicóloga, ativista com pessoas com deficiência e coordenadora da PROLEG/PLPs e projetos. **(6) ADRIANA SILVA** - Coordenadora Nacional de Mulheres e Executiva Estadual no FONSANPOTMA – Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana; professora aposentada da RME Diadema; há mais de 25 anos atuando com formação inicial e continuada de educadoras/es e professoras/es, além de PLP. **(7) SAMARA ARKCELIO** - Mulher trans líder da comunidade “Terra Prometida em Mauá”, cantora, atriz e presidenta da ONG ATRAVESSA (Associação de Travestis e Transexuais de Santo André). **(8) RAÍ NERES** - Funcionário público da Saúde, diretor e co-fundador da Casa Neon Cunha, membro da Frente Parlamentar LGBTQUIA+ e do Coleivo LGBTQUIA Prisma UFABC.



A Paz é Feminista e Interseccional foi

a palestra ministrada por Vera Vieira, logo após realizar a contextualização do projeto. Ela explicou que o conceito ampliado de Paz se baseia na Resolução 1325, adotada pela



ONU, no ano 2000. Tal conceito tem sido o alicerce, desde 2003, da rede internacional Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo (sigla PWAG), com sede na Suíça, e da Associação Mulheres pela Paz, aqui no Brasil. Também é adotado por inúmeros países mundo afora, os quais participaram do processo da indicação de “1000 Mulheres ao Nobel da Paz 2005”.

Seu significado está ancorado na

segurança humana e na justiça social.

Paz não significa passividade, pois, muito pelo contrário, ela está retratada nas ações do cotidiano. Significa promover meios ativos e não violentos em busca da solução de conflitos, injustiças estruturais e desigualdades. Significa a busca de entendimento entre as pessoas, respeitando-se as diferenças.

Paz não é apenas o oposto de guerra armada, pois significa vencer a guerra do dia a dia que ocorre com a discriminação de classe social, o sexismo, o racismo, a LGBTfobia, a violência contra mulheres e meninas...



Feminismos e Feminilidades, Patriarcado e Masculinidades, Vieses Inconscientes da Discriminação foi o tema abordado por Silmara Conchão e Flávio Urra.

Silmara iniciou a palestra com a diferença entre sexo - diferenças biológicas - e gênero - diferenças socialmente construídas. Explicou que o patriarcado deriva do pai ou o masculino como princípio organizador da sociedade, citando Saffioti: “No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta de mulheres, crianças e adolescentes, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para tal”.

Sobre os vieses inconscientes, ela destacou que são preconceitos automáticos que influenciam nosso comportamento e decisões sem que estejamos cientes disso. Eles perpetuam o patriarcado e a discriminação de gênero ao reforçar estereótipos e normas sociais que limitam tanto mulheres quanto homens.

Flávio Urra explicou o que são os serviços de atendimento a homens autores de violência previstos na Lei Maria da Penha. Ele é especialista em grupos de reflexão para homens, com o Programa E Agora José? Nesses grupos, espera-se, por um lado, destacar e desconstruir a ideologia patriarcal/machista e, por outro, apresentar e possibilitar a construção individual e coletiva de processos de socialização que têm como referência a equidade de gênero e a formação de novas masculinidades.

Nesse contexto de ressignificação, as medidas socioeducativas são um importante recurso pedagógico e de reparo aos danos. Com a responsabilização dos homens é possível a construção de novas referências das relações sociais por meio da educação. Contribui para a conscientização dos autores de violência sobre a violência de gênero como uma violação dos direitos humanos das mulheres e para a responsabilização desses pela violência cometida.

Os tipos de violência contra mulheres e meninas, as leis e os canais de ajuda foi o

tema abordado por Zeza Lopes. Ela iniciou sua fala enfatizando o conceito de violência doméstica ou intrafamiliar: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, tanto na esfera pública como na privada”. A violência implica na busca de eliminar os obstáculos que se opõem ao

próprio exercício do poder, mediante controle da relação e uso da força.

Destacou, também, que as leis são importantes instrumentos jurídicos na defesa das mulheres e meninas. Após a criação da Lei Maria da Penha (LMP), aumentou em 86% o número de denúncias. Somente 2% dos brasileiros nunca ouviram falar da LMP.

Explicou que interseccionalidade remete a violências que se sobrepõem, numa só pessoa, intensificando o sofrimento e tornando o acesso aos direitos ainda mais difícil, portanto, gênero-

ro, raça e classe social são categorias de análise inseparáveis. Há outras interseccionalidades, como identidade de gênero, orientação sexual, geração, deficiência, etc.

Zeza destacou que o feminicídio tem raízes profundas na cultura patriarcal, que leva a comportamentos de desvalorização, desprezo, repulsa, ódio pelas mulheres ou por valores femininos.

Ela enalteceu tanto os Serviços de

Atendimento como as Parcerias Apoiadoras, que formam a rede de enfrentamento à violência de gênero. São organismos autônomos, interdependentes e complementares. O que os une é o sentimento de pertencimento e compromisso à uma causa, e o esforço coletivo para superar problemas comuns.

Finalizou lembrando que nenhuma Lei, em especial a LMP, se sustenta quando não há investimentos financeiro, de infraestrutura e de formação continuada, permanentes, reflexo de uma vontade política.





A interseccionalidade étnico-racial como fator agravante da violência foi abordada por Cláudia Geovana Batista e Adriana Silva. A cultura de paz se torna uma importante instrumentalidade, na promoção a ações que venham a contribuir no enfrentamento às desigualdades de gênero e raça/cor, sem o uso da violência/coerção, enfatizou Cláudia. Por meio da cultura de paz, pudemos avançar para espaços de discussões, elaboração de leis e políticas públicas, com ganhos importantes acerca dos recortes e visibilidade racial. Por meio de lutas e movimentos sociais, conseguimos atuar com formações, capacitações, conferências, fóruns com a participação de grupos minoritários como LGBTQIA+, mulheres com deficiência, indígenas, quilombolas entre demais comunidades que mudaram o cenário arcaico, invisível e discriminatório. Ela encerrou sua apresentação destacando a importância de não se calar diante da violência e discriminação; de denunciar, se manifestar em espaços de privilégio!

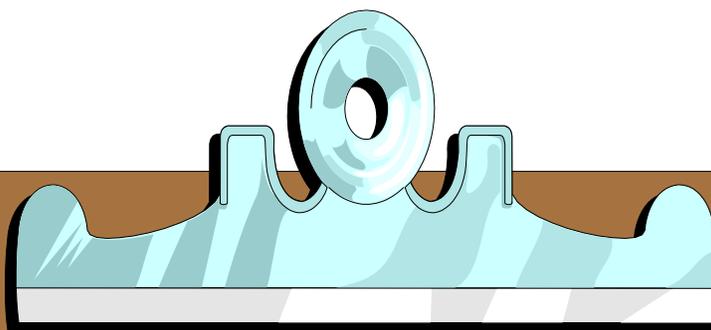
Adriana começou se apresentando como Iyalorixa Adriana ti Omolu, Coordenadora Nacional de Mulheres do FONSANPOTMA, que aborda o comer como uma fonte inesgotável de conhecimentos sagrados e ancestrais que se multiplicam dentro dos terreiros e casas de axé. As plantas, os cultivos, as formas de comer e de compartilhar cada alimento dentro da tradição de matriz africana englobam o sagrado, o rito e a continuidade da religiosidade negra. Os Potmas são grupos culturalmente diferenciados, com formas próprias de organização social em territórios constituídos a partir de valores civilizatórios e da cosmovisão dos povos africanos transladados para o país através do holocausto da escravidão. Ela destacou a força das mulheres ancestrais, nos sistemas matriarcais, exercendo papel de liderança, transmissão de conhecimento e tomada de decisões. Finalizou enaltecendo a frase “Juntas somos mais fortes, com diversidade, solidariedade e transformação”.



A vulnerabilidade da população LGBTQIA+ ficou a cargo de Samara Arkcélio e Raí Neres. Após uma breve infância, Samara vivenciou momentos significativos na descoberta e aceitação de sua identidade de gênero. Ela conseguiu unir o ativismo com a arte, descobrindo-se como artista - cantora e atriz (ver capa do videoclipe na página seguinte). Ela destacou os ideais de uma luta por reconhecimento e justiça, os obstáculos e desafios pessoais e sociais devido à identidade de gênero e carreira. Com muita garra, enfrentou experiências de discriminação e superação. Tem forte envolvimento com as causas sociais, por meio da ocupação e do transfeminismo; é a presidenta da ONG Atravessa - Associação de Travestis e Transsexuais de Santo André. Enalteceu a importância do trabalho da Casa Neon Cunha, uma ONG que acolhe e abriga a população LGBTQIAPN+ em extrema vulnerabilidade do ABC Paulista.

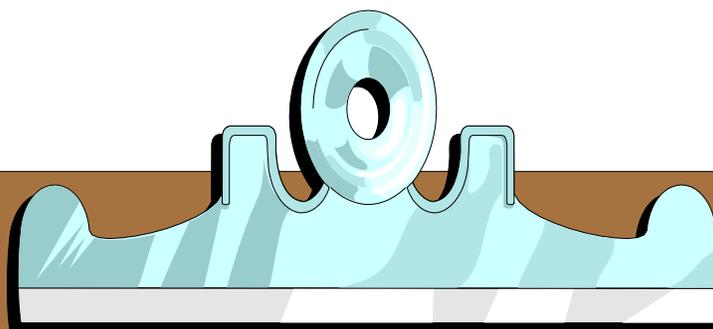
Raí Neres, que é cofundador e diretor da Casa Neon Cunha, destacou que a ONG oferece cuidados psicossociais, acolhimento e subsistência, com capacitação para a autonomia socioeconômica. A Casa possui uma sede com 250m², no bairro Anchieta, no centro de São Bernardo do Campo. O público atendido é formado por maiores de 18 anos, em sua maioria mulheres negras trans e travestis, migrantes do norte e nordeste do país, com escolaridade que se limita ao ensino fundamental e sem experiência no mercado de trabalho. Essas pessoas têm como principal fonte de renda a mendicância e/ou prostituição. Muitas convivem com HIV e são egressas do sistema prisional. Entre as pessoas atendidas também há indígenas e refugiadas. Em 2023, a Casa completou quatro anos de existência jurídica e dois de funcionamento, consolidando-se como a organização que mais produz impacto social para a população LGBTQIAPN+ dos sete municípios do ABC Paulista.





PLANO DE AÇÃO DE CONTINUIDADE

- 1. Ampliação dos serviços nas Casas de Referência de todos os municípios, com atendimento da Defensoria Pública;
- 2. Viabilizar o projeto Casa da Mulher Brasileira no Consórcio Intermunicipal;
- 3. Criação de Observatório da Mulher contra a violência de gênero;
- 4. Fortalecer o Comitê Intermunicipal de Mulheres vítimas de violência com representantes da Saúde, Educação, Conselho Tutelar, etc;
- 5. Incorporar a inserção política das mulheres integrando os instrumentos de controle social e garantia de direitos como os Conselhos de Direitos, entre outros espaços políticos de poder;
- 6. É essencial que os profissionais da Educação trabalhem o problema da discriminação e cultura de Paz, considerando os fatores interseccionais, assim como investir em projetos de prevenção às drogas, com as crianças e jovens;
- 7. Que este grupo crie um projeto para levar às crianças e adolescentes a consciência sobre gênero, sexo, raça e cor;
- 8. Multiplicar esta consciência dentro de cada espaço, onde vivemos, trabalhamos e convivemos;
- 9. Quanto às ações, mudar o jeito de olhar as necessidades das mulheres observando a identidade considerando o lugar onde a mulher se encontra, e de acordo com a realidade de cada uma.
- 10. Efetivar a Lei nº 13836/19 que torna obrigatória a informação sobre a condição da pessoa com deficiência, dando especial atenção à mulher com deficiência, vítima de agressão doméstica ou familiar;
- 11. Articulação com Secretaria de Segurança Pública sobre limitações de atendimento nas DDMs;
- 12. Capacitar as equipes das DDMs para o atendimento à mulher com deficiência vítima de violência doméstica;
- 13. Formação continuada para agentes de segurança, com informações, conceitos e esclarecimentos, promovendo um “Olhar diferenciado” e cuidado com quem atende às vítimas, autores e os seus;
- 14. Garantir assistência psicológica às mulheres;



- 15. Que os Movimentos Sociais se manifestem em relação à “Escola Cívico Militar”, através de moções de repúdio e que deixe claro que é um projeto inconstitucional;
- 16. Eleger delegadas para incidir na Conferência da Cidade que está acontecendo! Porque está acontecendo neste momento de eleições!;
- 17. Estratégias de visibilidade dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas, com especial atenção ao abortamento legal;
- 18. Levar as propostas tiradas na oficina como um Manifesto para ser entregue ao GT Gênero do Consórcio Intermunicipal do ABC .
- 19. A Frente Regional de Mulheres do ABC irá coordenar as reuniões para avançar no Plano de Ação (inicialmente, irão se reunir Dulce Xavier e Fernanda Costa Hueso para definição de uma agenda).





DEBATE ENTRE PARTICIPANTES DA OFICINA

Um tema que eu quero sugerir para que a gente comesse a colocar na discussão é a violência contra a mulher com deficiência. Então, é uma questão que eu tenho conversado um pouco com a Sol, do Vem Maria; as meninas estão aqui e sabem da dificuldade do atendimento às mulheres surdas. Eu tenho alguns dados aqui que falam sobre a violência que acabam por levar, inclusive, a tentativas de suicídio. Enfim, eu acho que é um tema que a gente precisa começar a tratar nesse universo do movimento feminista, porque as mulheres com deficiência que têm seus direitos violados é muito grande. Aqui em Santo Andre, por exemplo, 58% das pessoas com deficiência são mulheres e 2/3 das violências, das notificações que a gente recebeu, em 2022, eram violência contra mulher. A gente tem a Maria da Penha, que é um grande representante das mulheres com deficiência, mas eu acho que é um tema que a gente precisa trabalhar.

Depois da fala da Silmara e Flávio, me ocorreu que nós, do movimento feminista, lutamos pela transformação da sociedade há muitos anos. E a gente lutava para alcançar nossos direitos, e isso está se tornando um desafio político, também, né? Era uma luta do movimento social, pra mudar os conceitos que conformavam o patriarcado, para avançar. Mas, hoje, a gente tem a sensação de que muitos grupos políticos têm a consciência disso, e usam isso pra desqualificar os movimentos sociais, para desqualificar a nossa luta e para aprofundar a desigualdade, para manter essa estrutura desigual de raça, gênero e classe. Esse é um desafio para nós. Além de a gente ter que continuar lutando para transformar essa cultura, nós temos que incorporar nas nossas lutas essa perspectiva política, que se tornou a disputa da questão da manutenção da desigualdade. Esse elemento político é um grande desafio para nós, por isso, precisamos fazer a incorporação em nossas lutas.



DEBATE ENTRE PARTICIPANTES DA OFICINA

O Programa Bem me Quer, que é estadual, é ótimo, só que, infelizmente, quando nós chegamos lá com as vítimas, inclusive algumas que eu mesma já acompanhei, elas precisam esperar quase duas horas. Realmente é feito todo o atendimento, passam com psicólogo na hora. Só que a primeira triagem com todo o atendimento hospitalar, de todo mundo que chega lá, porta aberta, acaba sendo demorado. Chegamos uniformizados, informando que era vítima de violência sexual. Então, assim, infelizmente esse primeiro atendimento ainda é deficiente, não atende. Nós ficamos na fila da triagem com todos os outros atendimentos.

Eu só queria fazer uma sugestão. A gente estava falando de rede. Eu estive durante uma gestão como conselheira tutelar. E aí a gente viu a rede acontecendo. Eu participei, a Márcia também participou de discussão da formação da rede lá de Ribeirão Pires. E onde tem mulheres em situação de violência doméstica, vocês podem crer que há crianças e adolescentes em situação de violência. E aí eu acho que, numa próxima oportunidade, assim como o convite foi estendido para a GCM [Guarda Civil Metropolitana], poderíamos convidar os Conselhos Tutelares, porque eu acho que esse tipo de discussão é muito necessário para eles. O conselho, por via de regra, é uma mão de obra meio ruim, porque a gente sabe como são eleitos; não é nada pessoal, gente. Eu estive lá dentro e acompanhei muito de perto. E existem muitas discussões que a gente está vendo aqui que algumas conselheiras, via de regra, são mulheres que estão lá como conselheiras e precisavam ouvir. Algumas coisas que a gente precisa desconstruir para que essas mulheres prestem socorro. Quando chega adolescente, por exemplo, em situação de violência sexual, elas vão discutir que roupa que as meninas estavam usando, e aí deixam de prestar socorro. Então, fica aí uma sugestão para que, numa próxima oportunidade, os conselhos fossem convidados, também.

Acho que seria positivo.

2. Sumaré: região industrializada, mas com forte atuação de mulheres rurais



Durante o Evento Preparatório, em 1/7/24, no Sumaré Park Hotel, as principais lideranças da rede local de enfrentamento à violência contra a mulher contribuíram com a gestão coletiva da oficina de capacitação, em termos de conteúdo, palestrantes e lista de participantes que incluiu as interseccionalidades.



A oficina de capacitação em 29/7/24 reuniu 51 lideranças diversas e plurais, de ONGs, órgãos de governo e universidades, de oito cidades da região: Americana, Indaiatuba, Nova Odessa, Paulínia, Piracicaba, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré e Valinhos, com expressiva participação de mulheres rurais. Houve seis parcerias locais que puderam divulgar seus nomes, pois as demais estavam impedidas de fazê-lo em função do período eleitoral.



Sumaré é uma das cidades mais importantes da Região Metropolitana de Campinas. Sua população é de cerca de 280 mil habitantes.

Sumaré tem a sua origem a partir de uma sesmaria. As mais antigas referências à região do Quilombo, há mais de 200 anos, são encontradas em documentos de doação das sesmarias. Com o desmembramento das sesmarias, a região passa a ser formada por fazendas. O desenvolvimento da cultura cafeeira impulsionou o crescimento da região. Em Sumaré, os imigrantes vieram quando o café chegou a Campinas na segunda metade do século XIX. A produção cafeeira avançava para o oeste paulista, agora ocupado pelos imigrantes. Os imigrantes compravam terras, praticavam a agricultura nas imediações de Sumaré ou abriam comércio na zona urbana.

A partir da década de 1960, a população sumareense passou a registrar um crescimento vertiginoso.

Na década de 70, o crescimento demográfico chegou a quase 400%. O então boom populacional ocorreu, basicamente, pelo desenvolvimento industrial e pela grande oferta de terrenos, a preços acessíveis.

Sumaré passou a ser visto como uma terra de oportunidades, atraindo migrantes de todas as regiões do Brasil. Com a industrialização do Sudeste, as indústrias chegaram à Sumaré nos anos 50 e a partir de então o município vivenciou um crescimento vertiginoso a cada década. Em 1943, a 3M do Brasil se instalou e dezenas de outras indústrias seguiram o mesmo caminho, impulsionando o desenvolvimento do município. Portanto, a história de Sumaré se divide nitidamente em duas partes: uma até 1950 com população basicamente formada por imigrantes italianos e portugueses; depois de 1950, com a presença de migrantes de todos os estados do Brasil. Em 1991, o distrito de Hortolândia conquistou a emancipação político-administrativa de Sumaré.

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Sumare#Historia>

Participantes da Oficina de Capacitação

Ananda Dhara Lucarelli – Assessora da Vereadora Juliana- Americana/SP

Juliana Soares do Nascimento- Vereadora-Americana/SP

Adriana Dias de Souza - Coordenadora da ONG que vai assumir a Casa Abrigo- Indaiatuba/SP

Alessandra de Paula Souza - Unidade de Mulher Vítima de Violência Abrigo Institucional- Indaiatuba/SP

Aldemira Pereira da Silva - Unidade de Mulher Vítima de Violência Abrigo Institucional- Indaiatuba

Claudinete Lima de Araujo Marins Leite - Assistente Social - Indaiatuba/SP

Edilene Cristina Wolf- Diretora da Casa da Providência- Indaiatuba/SP

Erica Candido Costa Mano - Assistente Social- Indaiatuba/SP

Gisele Mafra de Jesus - Assistente Social - Indaiatuba/SP

Josivania Leite dos Santos – Casa de Apoio Acolhimento das Mulheres vítimas de Violência- Indaiatuba/SP

Maria José Lopes Souza - Grupo de Mulheres na Periferia/ Levante São Paulo contra o Femicídio- Indaiatuba/SP

Silvana Guitte - Unidade de Mulher Vítima de Violência Abrigo Institucional- Indaiatuba/SP

Maria José da Cruz – Coordenadora Saúde Mental UBS 7 – Nova Odessa/SP

Nordete de Fátima Ribeiro – Empreendedora Étnia Cultural/Presidente Estatutária da Associação Coletivo Mulheres tecendo a Rede – Nova Odessa/SP

Debora Batista de Moraes - Coletivo de Mulheres - Paulínia/SP

Edna Aparecida da Rocha Teshima- CMDM -Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paulínia- Paulínia/SP

Rosemeire de Souza Ramos - CMDM -Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paulínia- Paulínia/SP

Conceição Aparecida Nascimento Sandoval - Movimento Negro- Piracicaba/SP

Cláudia Renata Novolette - Ativista Feminista- Piracicaba/SP

Elisabete Dias Olegario - Bosque dos Lenheiros- Piracicaba/SP

Fabiana Menegon - Coordenadora do CRAM- Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Piracicaba- Piracicaba/SP

Fernanda Nardon - Guarda Civil - Patrulha Maria da Penha- Piracicaba/SP

Ivone Rodrigues Alves dos Santos - Sindicato das trabalhadoras domésticas - Piracicaba/SP

Ligia Maria Oliveira Silva -Superintendente de Desenvolvimento Social e Chefe da SAVANA- Coordenação da Segurança Alimentar/ Piracicaba/SP

Liliane Cristina Trevisan - Marcha Mundial das Mulheres - Piracicaba/SP

Lucineide Aparecida Maciel Correa - Guarda Civil - Patrulha Maria da Penha- Piracicaba/SP

Maria de Fátima dos Santos - Liderança Popular - Piracicaba/SP

Raimunda Ferreira de Almeida- Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Municipal- Piracicaba

Sueli Aparecida A.Bonilha Bento - Sindicato das trabalhadoras domésticas - Piracicaba/SP

Valéria dos Santos Alves - Sindicato das trabalhadoras domésticas - Piracicaba/SP

Magda Maria Alves Varella Pastro - Professora da Faculdade de Americana (FAM)- Santa Bárbara D'Oeste/SP

Tânia Mara da Silva- secretária municipal de educação de Santa Bárbara D'Oeste, professora da Rede Municipal de SBO; participante da Associação de Mulheres Negras "Carolina Maria de Jesus"- Santa Bárbara D'Oeste/SP

José Jorge Guedes de Camargo - Advogado, possui Licenciatura e Mestrado em Filosofia e formação em Teologia pela PUC-Campinas- Santa Bárbara D'Oeste/SP

Vera Vieira-Diretora Executiva da Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Walkiria Lobo Junqueira Ferraz – Secretária da Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Ana Cleia Manegueti- Secretária Assistência Social/Candidata à Prefeitura de Sumaré-Sumaré/SP

Arlene do Nascimento-Descendente de Indígena- Sumaré/SP

Bernardo Valentin Olivo Mazieri-, co-fundador do Coletivo Transitando e ativista nas causas LGBTQIAP+ - Sumaré/SP

Cátia Geraldo dos Santos- PEC CONVIVA (Professora especialista em currículo-convivência) - Sumaré
Cibele Sanches- Psicóloga- Sumaré/SP

Elaine Pinheiro Batista - Presidente do Coselho da Mulher de Sumaré- Sumaré/SP

Francisca Ely Sousa Mota- Casa Abrigo - Sumaré/SP

Lucilene Cruz da Silva - Profa. Universitária da Faculdade Anhanguera/Sumaré/Faz parte da Rede Saúde Mental/MST- Sumaré/SP

Maria Aparecida Renovato de Oliveira - Assentamento Sumaré III- Sumaré/SP

Márcia de Carvalho de Souza Sebastião- Projeto Encontro das Empoderadas-Sumaré/SP

Sheila Medina- Mãe de Santo- Sumaré/SP

Silvana da Silva Camargo - Assentamento Sumaré II- Sumaré/SP

Valinhos

Expectativas





Em função do período eleitoral, diversas parcerias

PARCERIAS LOCAIS (REGIÃO)

Grupo Mulheres da Terra Assentamento Sumaré II,
Rede de Combate à Violência Doméstica MST/SP,
Velcana Coletivo Artístico,
Faculdades Anhanguera Sumaré,
Procuradoria Especial da Mulher de Piracicaba
e Casa da Providência de Indaiatuba.

REALIZAÇÃO

Associação Mulheres pela Paz

APOIO

Ministério das Mulheres do Governo Federal

Sumaré e Região / SP



Obs.: algumas parcerias não estão sendo divulgadas em função do período eleitoral

as não puderam ter suas logomarcas divulgadas.

Agenda da Oficina

HORÁRIO	TEMA	RESPONSÁVEL
9h - 9h30	Credenciamento e café	Walkíria L.J. Ferraz Logística e Secretária
9h30 - 10h30	Dinâmica de apresentação e contextualização do projeto	Vera Vieira (1)
10h30 - 11h30	A PAZ é feminista e interseccional	Vera Vieira (1)
11h30 - 12h30	Feminismos e Feminilidades, Patriarcado e Masculinidades, Vieses Inconscientes da Discriminação	Lucilene Cruz (2) e José Jorge G. Camargo (3)
12h30 - 13h30	Almoço	
13h30 - 14h30	Os tipos de violência contra mulheres e meninas, as leis e os canais de ajuda	Zeza Lopes (4)
14h30 - 15h30	A interseccionalidade étnico-racial como fator agravante da violência	Tânia Mara da Silva (5)
15h30 - 16h30	A vulnerabilidade da população LGBTQIA+	Bernardo V. O. Mazieri (6)
16h30 - 17h30	Plano de Ação de Continuidade	Vera Vieira (1)

(1) VERA VIEIRA - Doutora em comunicação e feminismo pela USP/ECA; diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz; educadora popular feminista; ex coordenadora da Rede Mulher de Educação; é autora ou organizadora de diversas publicações interconectando estudos de gênero e novas tecnologias, e sobre violência de gênero; **(2) LUCILENE CRUZ** - Agricultora/ agroecologia Assentamento Sumaré II, psicóloga e pedagoga, mestra em engenharia agrícola pela Feagri/ Unicamp, psicóloga na Saúde Mental da Rede de Combate à Violência Doméstica do MST/SP, professora de psicologia da Faculdade Anhanguera de Sumaré, psicóloga infantil na UBS7 de Nova Odessa; **(3) JOSÉ JORGE GUEDES DE CAMARGO** - Advogado, com licenciatura e mestrado em filosofia e formação em teologia pela PUC de Campinas; **(4) ZEZA LOPES** - Socióloga; educadora popular feminista; membra da Rede Mulher de Educação, do Grupo de Mulheres na Periferia e do Levante São Paulo contra o Feminicídio; integrou a equipe de um dos três primeiros serviços no enfrentamento à violência de gênero no Brasil, na década de 1980. **(5) TÂNIA MARA DA SILVA** - Pedagoga com habilitação em deficiência mental pela Universidade Metodista de Piracicaba; pós-graduada pela PUCAMP na área de deficiência; Secretária Municipal de educação de Santa Bárbara D'Oeste, professora da Rede Municipal de SBO, participante da Associação de Mulheres Negras "Carolina Maria de Jesus"; **(6) BERNARDO VALENTIM OLIVO MAZIERI** - Advogado, estudante de mediação e conciliação extrajudicial, cofundador do Coletivo Transitando e ativista nas causas LGBTQIAPN+, especialmente nas pautas travestigêneres; colaborador da Diálogos para Equidade, realizando formação em direitos humanos.

A Paz é Feminista e Interseccional foi a palestra ministrada por Vera Vieira, logo após realizar a contextualização do projeto.

Ela explicou que a guerra não ocorre somente em conflitos armados. Sofrimento e morte também estão presentes no cotidiano: quando não há creche e escola suficientes; quando hospitais estão superlotados; quando falta luz, água, saneamento básico. Quando há violência física, emocional ou psicológica nas famílias; quando as mulheres não ascendem o poder e quando as pessoas não têm oportunidades iguais.

Foi exatamente para dar visibilidade à luta cotidiana das mulheres pela paz em

todo o mundo, que surgiu, na Suíça, o projeto "1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005", que incluiu 52 bra-

sileiras. Até então, somente seis mulheres haviam recebido tal prêmio. Entretanto, são elas que estão à frente da luta contra todas as injustiças de nossa sociedade, em defesa dos direitos humanos, protegendo crianças e pessoas idosas, eliminando a pobreza, denunciando



do todas as formas de violência estrutural, discriminação patriarcal, por educação, saúde e meio ambiente.



Feminismos e Feminilidades, Patriarcado e Masculinidades, Vieses Inconscientes da Discriminação foi o tema abordado por Lucilene Cruz e José Jorge Guedes de Camargo. Lembrando inicialmente que os direitos das mulheres são direitos humanos, Lucilene enfatizou a definição de feminismo de Heloísa Buarque de Holanda [que optou por se chamar apenas Heloísa Teixeira, alcunha materna]: “O feminismo é um movimento social, político e cultural que defende a igualdade de gênero e o reconhecimento dos direitos das mulheres em todas as esferas da vida. Luta contra a discriminação, a violência de gênero, a desigualdade salarial, a falta de representação política, entre outras questões.” Depois de traçar uma linha do tempo das lutas e conquistas das mulheres, Lucilene explicou que feminilidade tem a ver com as qualidades esperadas da mulher, estabelecidas pelo sistema machista. Sobre os vieses inconscientes, ela apresentou três

vídeos que ilustraram a realidade das decisões discriminatórias que tomamos no dia a dia, de forma inconsciente.

José Jorge Guedes de Camargo, ao abordar a questão do patriarcado e das masculinidades, ressaltou as vivências pessoais com a turma do futebol, clube recreativo e reuniões de trabalho. Dentre os focos do patriarcado e do machismo, ele destacou o incômodo, fim de privilégios, a ameaça, escolha; supremacismo: hierarquia étnico-racial, cultural, de orientação sexual, de gênero; referência de uso ou busca de supremacia.

Disse que, a partir do lugar de fala, é possível desver, mudar de lugar, comprometer-se ou escolher. Falou sobre as masculinidades como patriarcado e machismo, ou acolhimento da diferença: tolerância, respeito, acolhimento, reparação e restauração.

Ele destacou a “colonialidade” como o natural: patriarcado, branquitude e machismo.

Tipos de violência contra mulheres e meninas, as leis e os canais de ajuda foi o tema abordado por Zeza Lopes. Ela iniciou sua fala frisando que a Lei Maria da Penha é resultado do acúmulo de experiências bem-sucedidas do movimento feminista, na luta em defesa dos direitos humanos das mulheres. Foram quatro anos de muito trabalho e articulação política. A violência doméstica ou intrafamiliar é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, tanto na esfera pública como na privada”. As estatísticas comprovam que a violência de gênero ocorre, majoritariamente, na vida das mulheres, independente de idade, orientação sexual, origem étnica, religião ou grau de instrução. A mulher negra e pobre é a mais afetada.



se detectar, admitir e denunciar: em função de laços de afeto, amor e confiança; proximidade com a pessoa autora da violência; segredos familiares; reprodução dos modelos; cultura milenar pautada na crença da supre-

macia masculina e inferioridade feminina, acarretando relações de poder desiguais; Estado e/ou poder público local omissos, negligente e mantenedor de interesses econômicos. As agressões cometidas pelo marido, parceiro ou namorado têm um movimento em espiral: a frequência dos eventos intensifica e amplia a extensão

dos agravos; a impunidade alimenta o poder da pessoa autor/a da violência e reduz o potencial resiliente da vítima; o feminicídio é também o desfecho de uma série de ocorrências que não foram reconhecidas como um risco iminente de morte. (Lenore Walker, psicóloga norte-americana)

A violência doméstica pode ser considerada uma das formas mais complexas para





A interseccionalidade étnico-racial como fator agravante da violência foi abordada por Tânia Mara da Silva, que alicerçou sua fala no filme “O xadrez das cores”, um curta-metragem brasileiro que envolve jogo de xadrez e favela. Ela enfatizou que o curta precisa ser revisitado em tempos de racismo enrustido, tão presente na atualidade. O filme é uma produção de Marco Schiavon e mostra o cotidiano embate entre uma patroa branca e sua empregada negra, tendo por analogia as peças pretas e brancas de um jogo de xadrez.

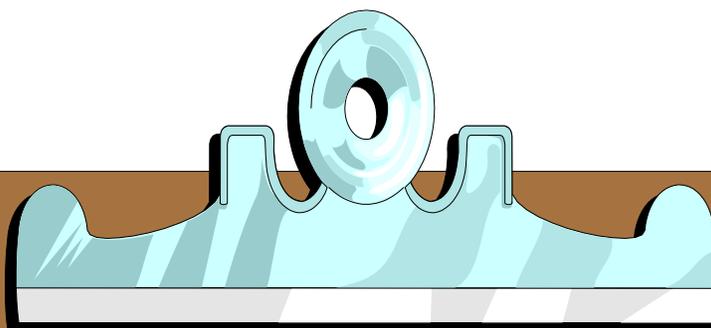
Tânia indicou diversas autoras que discutem a interseccionalidade, para o aprofundamento das participantes da oficina: Lélia Gonzalez, Cida Bento, Conceição Evaristo, Angela Davis, Carla Akotirene, Djamilia Ribeiro e Vilma Reis.

Ela encerrou a palestra citando uma frase de Conceição Evaristo: “Combinaram de nos matar. Mas nós combinamos de não morrer”.

A vulnerabilidade da população LGBTQIAPN+ ficou a cargo de Bernardo Valentim Olivo Mazieri. Ele iniciou a palestra esclarecendo que identidade de gênero tem a ver com autoidentificação, orientação sexual com sentimento e expressão de gênero com olhar social.

Infelizmente, o Brasil, pelo 15º ano seguido, é o país que mais mata pessoas trans. 90% das mulheres trans estão na prostituição de forma compulsória. Apenas 4% têm registro formal de trabalho.

Dentre os direitos conquistados, destacam-se: em 2018, o Conselho Nacional de Justiça autoriza a retificação da certidão de nascimento das pessoas trans diretamente nos cartórios; em 2019, a transexualidade deixa de ser considerada um transtorno mental; o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, de relatoria do ministro Celso de Melo, e do Mandado de Injunção (MI) 4733, relatado pelo ministro Edson Fachin, concluíram pela equiparação da Homotransfobia ao crime de Racismo.



PLANO DE AÇÃO DE CONTINUIDADE

➤➤ Indaiatuba e Sumaré:

- Criação de um Centro de Referência;
- Buscar Convênio com IML de outra Cidade;

➤➤ Indaiatuba:

- Formação para os profissionais do CREAS que hoje realizam o atendimento à mulher em situação de violência;
- Criação de Monitoramento e Inteligência sobre a Violência contra a Mulher e meninas;

➤➤ Valinhos: Criação de Casa Abrigo para mulheres e seus filhos em situação de violência;

➤➤ Piracicaba: Implantação do aluguel social, onde não tem Casa Abrigo, com dotação orçamentária;

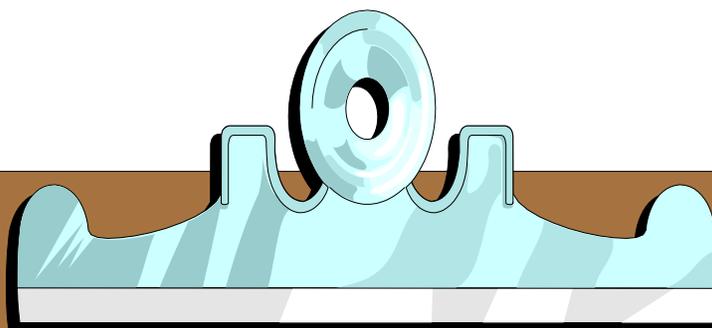
➤➤ Piracicaba e Santa Bárbara D'Oeste: Criação de Secretaria Municipal da Mulher ou Coordenadoria da Mulher;

➤➤ Santa Barbara D'Oeste: a) Articular candidatos/as para incorporar uma agenda alinhada à luta das mulheres com especial atenção para orientação sexual nas escolas; b) Requisição do uso de imóvel da União, que não está sendo utilizado, para que seja sede da Cultura de Paz na luta contra a violência às mulheres e meninas, bem como para atuar como um Centro de formação e vivências. Seria em nível regional;

➤➤ Americana:

- Criar coordenadoria ou secretaria da mulher no município, que funcione efetivamente;
- Reabrir o Centro de Referência da Mulher (fechado em 2015);
- Finalizar a elaboração do fluxo protocolo de atendimento à mulher vítima de violência (em elaboração desde 2022);
- Fortalecer e incluir no orçamento do legislativo a Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Municipal (precisa, por exemplo, de espaço físico específico para atendimento ou com profissional de nível médio para função de secretaria);

➤➤ Todos os Municípios:



- Criação de um Plano Municipal de enfrentamento à Violência contra a Mulher;
 - Participação na Conferência LGBTQIAPN+ em cada município;
 - Adaptação do colete à prova de balas para mulheres;
 - Destinação de recursos com previsão orçamentária estadual e municipal para garantir ações de Atenção e Prevenção às Mulheres em situação de Violência;
 - Criação de um Consórcio intermunicipal no enfrentamento da violência contra a mulher e meninas;
- ➡ Sumaré:
- Apoio aos movimentos Sociais e Políticos (Ex: Marcha das Mulheres);
 - Curso de PLP/Promotoras Legais Populares;
 - Fomentar Organizações da Sociedade Civil de Mulheres;
 - Ter Defensoria Pública;
 - Ampliar o CREAS Municipal de grande porte;
 - O Conselho da Mulher deve deliberar sobre a destinação de verba orçamentária para o enfrentamento à violência contra a mulher e meninas;
 - Implementação do funcionamento das DDMs 24Horas, conforme preconiza a Lei Maria da Penha;
 - Cursos de formação - Educação Continuada - para as equipes intersectorial e socioassistencial com especial atenção aos profissionais dos serviços que atendem às mulheres em situação de violência;
 - Ações de apoio às candidatas femininas aos cargos do legislativo e executivo, nas eleições de 2024;
 - Carta de recomendação sobre essas ações para as candidatas (Sugestão: a companheira que fez a recomendação, junto com algumas outras, elaboram a carta e inserem no grupo de WhatsApp para a disseminação de todas);
 - Criar mais políticas públicas com prioridade para Mães solo e Mães atípicas – (Ex: Casas populares e creches);
 - Multiplicação deste curso para o sindicato das empregadas domésticas;
 - Efetivação de grupos reflexivos para homens autores da violência contra a mulheres, conforme preconiza a Lei Maria da Penha.



DEBATE ENTRE PARTICIPANTES DA OFICINA

Eu quero dividir uma situação que está acontecendo agora comigo e com outras mães. Eu sou uma mãe atípica [com filhos com deficiência] e a gente tem uma associação de mães que lutam pelos direitos dos nossos filhos. Eu não quero causar estranhamento e nem nada, mas eu acho importante dividir. Lutamos pelos direitos das nossas crianças há muito tempo no nosso município e a gente tem uma dificuldade de ser validada. Somos um grupo de mães e algumas são solteiras, outras são divorciadas, e tem as mães que tem os esposos, também, só que eles não participam ativamente desse grupo. Temos um grupo de acolhimento, encontro com psicólogos e tudo mais para a gente dividir o nosso fardo. A mãe atípica carrega o filho e todas as outras coisas, e é muito complicado. E agora, etse ano, nós tivemos a oportunidade de promover algumas das mães como candidatas a vereadora. Teve um homem que se apropriou da pauta, e aí se intitulou o nosso representante dentro da câmara municipal. E agora, ele é candidato, quer se aproximar das mães, quer participar das reuniões... E aí, eu tenho falado com elas no sentido de que parece que a nossa pauta está chegando mais à frente, porque, é um homem que está falando, ele consegue uma visita do secretário, depois vai no prefeito... Então, parece que a nossa pauta vai para frente, mas não vai, entendeu? E é muito complicado. Eu insisto que é importante uma mãe do grupo também ser candidata. E eu sei que a gente já tem uma demanda muito grande com as terapias, com os nossos filhos, mas é fundamental ocupar esse espaço de poder.

A minha fala passa pelas pautas pretas. Você, fez uma colocação com relação à diminuição da mortalidade das mulheres negras no parto e pós-parto. O fato de essas mortes não advém só da questão do ambiente onde elas nascem, onde elas vivem, onde elas crescem, ne? Eu trabalhei 23 anos dentro de maternidade. Na maternidade de Campinas, onde eu trabalhei, eram as parteiras quem recebiam as mulheres. Elas iniciavam o trabalho de parto, os médicos residentes que acompanhavam e só depois que vinham os médicos responsáveis pela equipe. Nos hospitais pequenos, quem acompanhava o trabalho de parto eram as auxiliares de enfermagem. O médico admitia, examinava, se tinha que fazer indução, eles ligavam o soro, mas nós éramos responsáveis inclusive pelo toque. Vem desde a escravidão, essa história de que a mulher negra tem o quadril largo, de que a mulher negra aguenta mais dor do que a mulher branca, como se dor fosse mensurável, né? E isso causava muita morte de mulheres negras. A partir dessa questão do governo, a partir das interferências dos conselhos de enfermagem no nosso caso, conseguimos avançar bastante nessa discussão. Então, isso veio a diminuir a mortalidade das mulheres negras.



DEBATE ENTRE PARTICIPANTES DA OFICINA

Eu sou mãe de homossexual, e nós sofremos vários tipos de preconceitos. Por exemplo, as pessoas o tempo todo olham e falam “puxa, ela é tão bonita, é uma pena que não curte”. Às vezes, as pessoas também perguntam como é ser mãe de homossexual. Eu nem respondo, só pergunto assim: “você é mãe? Então, como que é ser mãe de hetero? Então, assim, você vai me explicar melhor do que eu, porque eu tenho uma hetero e uma homossexual”. E com relação à violência que a minha filha sofre, eu já presenciei várias vezes. Quando ela passa mal, normalmente eu a acompanho até ao hospital. Sempre pedem o exame Beta, porque generalizam que as adolescentes chegam lá grávidas, testam positivo. Só que a minha filha toda vez passa muito mal, ela fica constrangida, fica nervosa ao ponto de querer agredir o médico, porque ela se nega a fazer, e ele realmente só libera quando faz. Então, assim, vamos nos engajar. Não sei se tem um pessoal da área da saúde aqui, mas é preciso tomar muito cuidado com esse tipo de posicionamento. Ela sempre passa por essa situação. Tudo é uma questão de acolhimento. Eu sou mãe e pai, porque ele morreu precocemente. Então, assim, são muitos preconceitos. Tem a questão religiosa também, porque elas cresceram em berço evangélico com certa doutrina que não aceita esse tipo de questão. Então, assim, ela sofre vários tipos de agressão em todo sentido. E eu enquanto mãe, quero sempre acolher da melhor maneira possível, sempre buscando o amor. E também com isso, eu adotei vários filhos no coração que são gays e volta e meia de madrugada, a gente tem que resgatar alguns do perigo, porque a família realmente não aceita; a maioria não aceita e isso é muito triste.

Foi muito bom estar aqui, pois eu estava com saudades. Ultimamente, eu tenho me sentido um pouco só na luta. A luta de Sumaré já foi muito forte. O movimento de mulheres de Sumaré já foi muito forte, e como a companheira acabou de falar, às vezes, a gente se cansa, né? E aí a gente precisa de alguns momentos como esse para nos fortalecer na luta, para dar uma revigorada. E aí hoje na minha postagem eu coloquei que a nossa luta não é luta coletiva e urgente. Parece que nós mesmas, as mulheres, olhamos para a luta como se ela fosse nossa, de cada uma, sem pensar no coletivo. E com isso a gente se enfraquece. Então, parabéns para a Associação por trazer essa atividade do projeto pra cá, porque poderia ter escolhido outra cidade, né, mas nos escolheu. Então, eu me sinto privilegiada por esse momento. Parabéns para todas nós que escolhemos estar aqui, porque a gente escolhe. Compromissos, agendas, todas nós temos, mas hoje escolhemos estar aqui. Então, gratidão por esse momento.

EXISTÊNCIA DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REGIÃO DE SUMARÉ

SERVIÇO DE APOIO EXISTENTE PARA A MULHER VÍTIMA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, ARTICULADA EM REDE	MUNICÍPIO / SP				
	Sumaré	Valinhos	Itatubeta	Novo Odessa	Santa Bárbara
Centro de Referência da Mulher	Não	Não	Não	Saúde e Psicológico	Sim
Hospital	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
IBH	Não	Não	Não	Não	Não
Delegacia de Defesa da Mulher	Sim Não 24h	Sim	Sim Não 24h	Sala 1105 dentro da Delegacia	Sim
Casa Abrigo	Sim	Não	Iniciando	Não	Sim
Patrulha Maria da Penha	Não	Não	Não	Sim	Sim
Guarda Municipal	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Polícia Civil	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Secretaria da Mulher	Sim - Coordenadoria de PPM	Sim	Não	Não	Não
Secretaria Municipal de Assistência Social	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Secretaria Municipal de Educação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

EXISTÊNCIA DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REGIÃO DE SUMARÉ

SERVIÇO DE APOIO EXISTENTE PARA A MULHER VÍTIMA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, ARTICULADO EM REDE	MUNICÍPIO / SP				
	Sumaré	Válhuns	Indaiatuba	Novo Orizzzo	Santa Bárbara
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	Sim	CIPIM COORD ESP.M	Sim	Sim	Sim
Conselho Municipal da Igualdade Racial	Sim	Sim	Não	Não	Não
Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
ONGs Feministas ou de Mulheres	Não	Não	Sim	Não	Sim
Câmaras Legislativas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Defensoria Pública - Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher	Sim	Em Campus	Não	Sim	Não
CREAS	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
CRAS	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Outros				Assoc. Coletivo de Mulheres Tecendo a Rede	Sim

CONSIDERAÇÕES: A existência do serviço não significa que as ações estejam integradas, dentro de um protocolo interno e interinstitucional de atuação e prevenção no enfrentamento da violência de gênero, o que caracteriza que existe uma política pública.

Além disso, a existência do serviço também não garante um atendimento qualificado se os profissionais não forem devidamente preparados por meio de formação especializada, conforme preconiza a Lei Maria da Penha.

Também não tivemos nenhum dos Municípios acima que apontaram a existência de um trabalho específico para o homem agressor.

SISTEMATIZAÇÃO REALIZADA POR ZEZA LOPES.



3. Ribeirão Preto: a ideologia progressista das mulheres em contraponto ao conservadorismo



Durante o Evento Preparatório, em 1/9/24, no Hotel Dan Inn, as principais lideranças da rede local de enfrentamento à violência contra a mulher contribuíram com a gestão coletiva da oficina de capacitação, em termos de conteúdo, palestrantes e lista de participantes que incluiu as interseccionalidades.



A oficina de capacitação em 02/10/24 reuniu 53 lideranças diversas e plurais, de ONGs, órgãos de governo e universidades, de Ribeirão Preto, metrópole com uma população de 730 mil habitantes.

Houve nove parcerias locais que puderam divulgar seus nomes, pois as demais estavam impedidas de fazê-lo em função do período eleitoral.



Ribeirão Preto, distante a 310 km² da capital, possui uma população de 730 mil habitantes.

A cidade foi fundada em 1856, período em que a região recebia muitos mineiros que saíam de suas terras já esgotadas para a mineração e procuravam pastagens para a criação de gado. No começo do século XX, a cidade passou a atrair imigrantes, que foram trabalhar na agricultura ou nas indústrias abertas na década de 1910. O café, que foi por algum tempo uma das principais fontes de renda, desvaloriza-se a partir de 1929, perdendo espaço para outras culturas e principalmente para o setor industrial. Um importante fator que contribuiu para o desenvolvimento do município foi a chegada da linha férrea Mogiana em 1883, que possibilitou a expansão da cultura cafeeira que existia desde 1870. Isso levou a um crescimento da população que passou de 5.552 pessoas (sendo 857 escravos) em 1874, para 10.420 (1.379 escravos) em 1886.

Em 1887, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto realizou um dos atos de maior relevância de sua história, pois os vereadores aprovaram, por unanimidade em 3 de agosto daquele ano, a libertação dos escravos em Ribeirão Preto, antes mesmo da entrada em vigor da Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888.

Na segunda metade do século XX, foram incrementados investimentos nas áreas de saúde, biotecnologia, bioenergia e tecnologia da informação, sendo declarada em 2010 como "polo tecnológico".

Essas atividades atualmente fazem com que Ribeirão Preto tenha o 29º maior PIB brasileiro.

Várias rodovias ligam Ribeirão Preto a diversas cidades paulistas, tais como a Rodovia Anhanguera e a Rodovia Cândido Portinari, havendo ainda disponibilidade de ferrovias e um aeroporto, denominado Doutor Leite Lopes.

Além da importância econômica, o município é relevante centro de saúde, educação, pesquisas, turismo de negócios e cultura do Brasil.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ribeirao_Preto

Participantes da Oficina de Capacitação

Aline da Silva Rocha - CUFA/RP - Ribeirão Preto/SP

Ana Almeida - UNEGRO - Ribeirão Preto/SP

Adria Maria Bezerra Ferreira - OSC/Casa da Mulher - Ribeirão Preto/SP

Adriana Serafim Bispo e Silva - Área da Saúde- Ribeirão Preto/SP

Beatriz Victória Silveira da Silva - Coletivo Direito Delas UNAERP - Ribeirão Preto/SP

Bianca Pereira Pontes Camara - Promotora Legais Populares - Ribeirão Preto/SP

Camila Balsuo Sales - Coord.de Assistência Técnica à Saúde da Mulher/CAISM - Ribeirão Preto/SP

Claudete da Silva Z.- CERPO - Ribeirão Preto/SP

Clarinda Barreira Alves - Cooperativa Mãos da Terra - Ribeirão Preto/SP

Cléia Madalena Avaré - Afro descendente e candombleista - Araraquara/SP

Édie Maria Fernandes - Conselho dos Direitos da Mulher e Conselheira Tutelar - Ribeirão Preto/SP

Edna Laurindo do Miranda - Casa da Mulher- Ribeirão Preto/SP

Fabiana Faria de Souza - Pedagoga, Historiadora, Educadora social e Palestrante - Ribeirão Preto/SP

Fabiana Kelly dos Santos Barboza - Movimento de Moradia- Ribeirão Preto/SP

Fábio de Jesus Silva - ONG Arco Iris - Ribeirão Preto/SP

Fátima Aparecida de Bonifácio Heck - Área da Saúde - Ribeirão Preto/SP

Flávia Rúbia da Conceição Martins Cupini - Administradora e Feminista- Ribeirão Preto/SP

Ironi Lineves Mendes - Cooperativa Mãos da terra- Ribeirão Preto/SP

Janaina Boldrini França - Secretária Municipal da Saúde da Mulher- Ribeirão Preto/SP

Jéssica Machado- Instituto Terroá - Ribeirão Preto/SP

José dos Reis Santos Filho - Professor Doutor em Geografia (Geografia Humana), Universidade de São Paulo Graduado em Direito, Universidade Federal Fluminense - Araraquara/SP

Juliana Cristina dos Santos Monteiro - Casa da Mulher de Ribeirão Preto- Ribeirão Preto/SP

Larissa Brito de Souza - Presidente da ONG Vitória Régia- Ribeirão Preto/SP

Larissa Manfredini Goes - Área da Saúde - Ribeirão Preto/SP

Letícia Rodrigues da Silva - Coletivo Direito Delas-UNAERP- Ribeirão Preto/SP

Lucimara Lima Veronez - Mães pela Diversidade- Ribeirão Preto/SP

Maria Aparecida Candida Malaquias - Promotora Legal Popular/Rede Nacional de Mulheres Negras- Ribeirão Preto/SP

Maria Conceição do Nascimento - Presidente da OAB- Ribeirão Preto/SP

Maria da Graça da Silva - Instituto Maria da Graça- Ribeirão Preto/SP

Maria Eduarda Alencar Hidalgo - CMRP - Ribeirão Preto/SP

Maria Eduarda dos Santos - Vereadora - Ribeirão Preto/SP

Maria Eduarda Ruas - CMRP Duda Hidalgo - Ribeirão Preto/SP

Maria Matilde Leone - Jornalista - Ribeirão Preto/SP

Marilda de Oliveira Lemos - Professora e foi coordenadora pedagógica da Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul - Pirajuí/SP

Michelle Tavares - Mário Lago - Ribeirão Preto/SP

Mônica Maria de Jesus Silva- Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo- Ribeirão Preto/SP

Nivalda Alves - Cooperativa Mãos da terra- Ribeirão Preto/SP

Raquel Braga C. - Mário Lago - Ribeirão Preto/SP

Regina Celia Fiorati- Faculdade de Medicina USP - Ribeirão Preto/SP

Roberto C.M.S.Braga - Pesquisador- Araraquara/SP

Rosa Vanessa Alves Lima - Enfermeira e Doutoranda EERP/USP - Ribeirão Preto/SP

Sandra Regina dos Santos - Estudante - Ribeirão Preto/SP

Sheila Brandão - ONG Arco Iris - Ribeirão Preto/SP

Silvia Helena Galassini Santana - Projeto Abebé - Araraquara/SP

Tais Cristina Silva - ONG Casa da Mulher Barão do Amazonas - Ribeirão Preto/SP

Tatiane Marçal Silva Cardoso - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto/SP

Tauana Pereira de Matos - Secretária da Comissão das Mulheres Advogadas - Ribeirão Preto/SP

Vanira Aparecida de Lima Rodolpho - Assistente Social- Ribeirão Preto/SP

Valéria Amorim Prado Arantes- Projeto Travessia e Projeto Esperança- Ribeirão Preto/SP

Vera Vieira - Diretora Executiva da Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Victoria dos Reis de Sousa Orlan - ONG Arco Iris- Ribeirão Preto/SP

Walkiria Lobo J Ferraz- Associação Mulheres pela Paz- São Paulo/SP





Em função do período eleitoral, diversas parcerias

PARCERIAS LOCAIS

Casa da Mulher Ribeirão Preto, ONG Arco Íris

Comissão das Mulheres Advogadas da

OAB Subseção Ribeirão Preto

Mães pela Diversidade

ONG Vitória Régia

Araraquara News,

Fundação Leonel Brizola

ABRAFH – Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas

CMADS – Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual

(demais parcerias não estão sendo divulgadas em função do período eleitoral).

REALIZAÇÃO

Associação Mulheres pela Paz

APOIO

Ministério das Mulheres do Governo Federal

ão Preto e Região / SP



**VITÓRIA
REGIA**

Obs.: algumas parcerias não estão sendo divulgadas em função do período eleitoral

as não puderam ter suas logomarcas divulgadas.

Agenda da Oficina

HORÁRIO	TEMA	RESPONSÁVEL
9h - 9h30	Credenciamento e café	Walkíria L.J. Ferraz Logística e Secretaria
9h 30- 10h30	Dinâmica de apresentação e contextualização do projeto	Vera Vieira (1)
10h30 - 11h30	A PAZ é feminista e interseccional	Vera Vieira (1)
11h30 - 12h30	Feminismos e Feminilidades, Patriarcado e Masculinidades, Vieses Inconscientes da Discriminação	Marilda Lemos (2) José dos Reis S. Filho (3)
12h30 - 13h30	Almoço	
13h30 - 14h30	Os tipos de violência contra mulheres e meninas, as leis e os canais de ajuda	Rosa Vanessa A. Lima (4)
14h30 - 15h30	A interseccionalidade étnico-racial como fator agravante da violência	Bya Faria (5)
15h30 - 16h30	A vulnerabilidade da população LGBTQIA+	Fábio de Jesus (6)
16h30 - 17h30	Plano de Ação de Continuidade	Vera Vieira (1)

(1) VERA VIEIRA - Doutora em comunicação e feminismo pela USP/ECA; diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz; educadora popular feminista; ex coordenadora da Rede Mulher de Educação; é autora ou organizadora de diversas publicações interconectando estudos de gênero e novas tecnologias, e sobre violência de gênero; **(2) MARILDA LEMOS** - Doutora em Ciências Sociais pela FFLCH/USP; Membro do Comdim de Pirajuí/SP; Facilitadora do Programa *E Agora José?* de Pirajuí e professora do Curso Gênero e Masculinidades do mesmo programa da ONG Entre Nós; **(3) José dos Reis Santos Filho** - Bacharel em Ciências

Sociais e Jurídicas, Doutor em Ciências; **(4) Rosa Vanessa Alves Lima** - Enfermeira e doutoranda pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP-USP). Primeira secretária da OSC Casa da Mulher, Promotora Legal Popular desde 2019, integrante do grupo de pesquisa Gmulheres, com foco na saúde da mulher; **(5) Bya Faria** - Pedagoga, historiadora, facilitadora de círculos, mediadora de clubes e encontros literários, educadora social e palestrante; **(6) Fábio de Jesus** - Conselheiro Estadual LGBT, ex conselheiro nacional LGBT, presidente da ONG Arco-Íris, ex presidente do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual de Ribeirão Preto.

A Paz é Feminista

e Interseccional foi a palestra ministrada por Vera Vieira, logo após realizar a contextualização do projeto. Ela explicou que o conceito ampliado de paz, com base na Resolução 1325 da ONU, remete à segurança humana e justiça social.

Ela destacou que a paz feminista

busca mudança estrutural e transformadora. O processo de crescente militarização é acompanhado por uma maior vigilância. Ambos fomentam a violência estrutural, psicológica e física, que, por sua vez, impede a paz duradoura. Relações de poder patriarcais e formas pós-coloniais de governo, pobreza, exclusão racial, desvantagem política e econômica estão entre as causas da guerra e dos



conflitos armados. A segurança é, portanto, mais do que a ausência de guerra: também inclui segurança econômica, participação política e acesso a recursos sociais essenciais, como educação, saúde, segurança social e espaço público. Nesse entendimento positivo, a paz se baseia na

justiça, na não-violência e no respeito aos direitos humanos. Construir a paz feminista significa trabalhar para uma mudança estrutural e transformadora. Significa rejeitar toda a violência e a militarização das esferas civis. Em vez disso, foca no fortalecimento das perspectivas e abordagens feministas que se concentram na segurança cotidiana, especialmente de mulheres e meninas.

Feminismos e Feminilidades, Patriarcado e Masculinidades, Vieses Inconscientes da Discriminação foi o tema abordado por Marilda Lemos, que iniciou sua fala enaltecendo que feminismo é a noção radical de que as mulheres são pessoas. É luta pela Igualdade, é para mulheres e homens, para a sociedade. É necessário e indispensável para a dignidade humana. Não é o contrário do Machismo, pois machismo mata e Feminismo liberta. Não é contra os homens. E não torna suas seguidoras estereótipos de mulher raivosa, mal amada, desleixada...

O patriarcado é um sistema de domínio e da exploração masculinos sobre as mulheres e crianças, em todos os espaços: econômico, social, político, cultural, religioso, recreativo, familiar, comunitário, relacional, afetivo e profissional. Está tão arraigado que permeia as instituições públicas do Estado e da sociedade, nos espaços privados e domésticos.

Em seguida, fez um histórico da luta contínua e mundial das mulheres ao longo dos tempos. Ao abordar as ondas do feminismo, destacou a importância da pílula anticon-

cepcional no início da década de 1960, o que deu impulso à revolução sexual, pois as mulheres passaram a fazer sexo por prazer e escolher ter filhos só quando quisessem.

No Brasil, as mulheres estiveram à frente dos movimentos contra a ditadura e pela anistia. Na década de 1970, proliferaram pelo país os grupos de discussão sobre a questão das mulheres.

As mulheres tiveram destacada contribuição na elaboração da Constituinte de 1988, com o Lobby do Batom: “mulheres e homens são iguais em direitos e obrigações.

Marilda encerrou sua apresentação ressaltando que a humanidade sairá de sua

pré-história somente quando deixar para trás a estrutura simbólica patriarcal. Por isso, Segato ressalta que o primeiro passo para transformar a relação de subjugação é a consciência reflexiva (...); é a única forma de desestabilizar a arquitetura do sistema.



Dando continuidade à temática, o professor José dos Reis Santos Filho se aprofundou no foco dos (Pré) conceitos em situações de violência. Ele iniciou sua fala destacando uma frase de Sartre: “A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota”. E



completou com uma frase sua: “Uma derrota para o que há, em nós, de humanidade, de dignidade”.

Ele destacou que em uma única busca no Google por adolescentes/facada/escola, a pesquisa entrega milhares de exemplos de situações de violência envolvendo jovens, que se manifestam no ambiente escolar. Esses exemplos demonstram pelo menos dois aspectos que merecem atenção especial. Por um lado, estamos lidando com relações sociais e, nelas, somos capazes de identificar sujeitos de ações. Por outro, na forma de ciúmes, de racismo, de misoginia, de construções pejorativas de imagens, ob-

servamos formas de construção negativa da imagem de sujeitos como conteúdo de comunicação entre os envolvidos.

São produções simbólicas; são condutas que articulam as dimensões subjetiva e objetiva, criando uma realidade imaginária dotada de um poder que se

impõe na relação com o outro, quer ele queira, quer não.

O predomínio normativo e ideológico dos direitos humanos é insuficiente para dar conta da neutralização das situações de violência, mas a própria abordagem do problema deixa de ser plausível apenas com a colaboração da sociologia. É um empreendimento que reivindica uma cumplicidade com outras disciplinas e, em especial, sugerimos, com aquelas que lidam com maior intimidade com a subjetividade. Entre elas, não restam dúvidas, a psicanálise. Isso, não obstante seu relativo desprezo em lidar com as situações de violência.

Os Tipos de violência contra mulheres e meninas, as leis e os canais de ajuda foi o tema abordado por Rosa Vanessa Alves Lima. Ela destacou a violência institucional, aquela que se realiza dentro das instituições, sobretudo por meio de suas regras, normas de funcionamento e relações burocráticas e políticas, reproduzindo as estruturas sociais injustas. A exemplo do Racismo Institucional “que ocorre quando uma organização, que deveria promover um serviço apropriado e profissional para qualquer pessoa, passa a distinguir essas pessoas por sua cor, cultura ou origem étnica”. (ONU)

Ela ressaltou que interseccionar variáveis possibilita a compreensão sobre como cada aspecto da vida da pessoa, analisada em conjunto, pode proporcionar diferentes experiências sociais. (Crenshaw)

Como indicam estatísticas universais, uma em cada três mulheres no mundo já sofreu algum tipo de violência, a maioria praticada pelo parceiro íntimo.

63,6% das vítimas de feminicídio são mulheres negras, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança

Pública de 2024. E o número de notificações de violência psicológica contra mulheres negras cresceu 46%; o aumento foi de 21% para mulheres brancas.

Quanto ao acolhimento de mulheres vítimas de violência, ela frisou que “falta acolhimento”. Dentre os desafios para o acolhimento, estão:

➤➤ A mulher não denuncia a agressão sofrida de imediato e procura o serviço de saúde com apenas queixas vagas e recorrentes. Percorre vários caminhos/serviços.

➤➤ Predominância de uma assistência pautada por herança de uma formação fragmentada, sem integralidade no cuidado. Falta de acolhimento quando há a denúncia de violência.

➤➤ Relações de gênero que designam, para as mulheres, obediência e submissão. A palavra violência pode não corresponder à experiência vivida por algumas mulheres, que não reconhecem os atos agressivos como violência.



A interseccionalidade étnico-racial como fator agravante da violência

foi abordada por Bya Faria, que iniciou a palestra enaltecendo autoras mulheres negras, nacionais e internacionais, as quais são grandes referências no campo do estudos sobre

o tema: Kimberlé Williams, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Angela Davis, Sueli Carneiro, Carla Akotirene. Desta última, ela empresta a definição e o exemplo de interseccionalidade: “A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para re-

velar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões.” “...mulheres negras pobres pariram filhos com microcefalia, não por causa da pobreza. Todavia, porque são negras, vítimas do racismo, gerador de pauperização, atendimento precário, ausência de saneamento, impedindo os mosquitos de picarem trabalhadoras bran-



cas com a mesma frequência. Epidemias como zika e microcefalia são, antes de tudo, dimensões do racismo institucionalizado...”. E prossegue: “Acredito, por identidade política, que devemos mencionar a interseccionalidade como sugestão das feministas

negras, e não dizer feminismo interseccional, uma vez que este escamoteia o termo negro, bem como o fato de terem sido as feministas negras as proponentes da interseccionalidade enquanto metodologia, visando combater multideterminadas discriminações, pautadas, inicialmente, no binômio raça-gênero.”

ro.”

Bya citou dados sobre o feminicídio, destacando que as mulheres negras são as principais vítimas, com 60% de incidência. Em termos gerais, a cada sete horas, uma mulher é assassinada no Brasil, segundo dados de 2023, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A vulnerabilidade da população

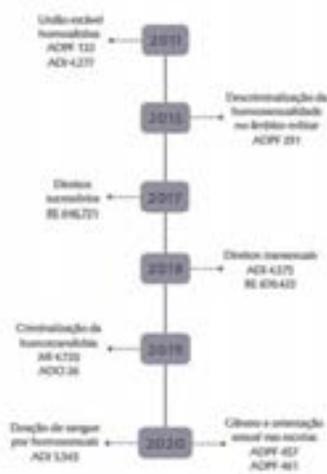
LGBTQIAPN+ foi o tema abordado por Fábio de Jesus. Ele explicitou que a realidade da comunidade é marcada por preconceitos, discriminações e violências, que afetam não apenas a saúde mental e emocional, mas também o acesso a serviços essenciais e oportunidades



de trabalho. Abaixo, os marcos de conquistas:

Colaboração de pesquisadores do Sistema Nacional de Políticas Científicas e Tecnológicas (FINEP)

LINHA DO TEMPO STF E DIREITOS LGBTQIAPN+

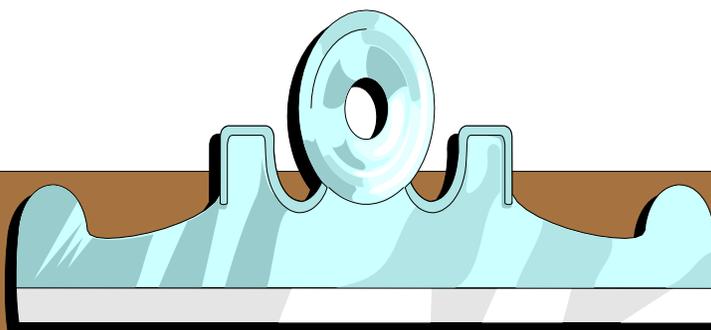


Fonte: do processo CONPOMPH | 34

O panorama da realidade local foi fornecido com alguns exemplos graves de discriminação: “Professor da USP denunciado por transfobia contra alunas travestis é afastado do Hospital das Clínicas [2024]”; “Não tinha percebido que era travesco”. “Jovem de 22 anos fica ferida ao ser violentada por motorista não identificado [2024]”. “Operação Cinderela: 6 são presos por suspeita de exploração transexuais em Ribeirão Preto [2019]”.

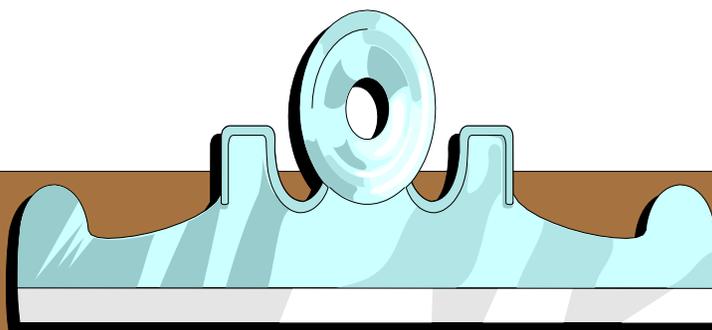
A vulnerabilidade da população LGBT em Ribeirão Preto, como em muitas outras cidades, a luta por direitos e reconhecimento ainda enfrenta desafios significativos.





PLANO DE AÇÃO DE CONTINUIDADE

- CARTA ABERTA A CANDIDATAS/OS/ES ÀS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024 INTITULADA “EXTIRPAR A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS” – LINK: <https://mulherespaz.org.br/carta-aberta-as-candidatas-e-candidatos-eleicoes-municipais-de-outubro-2024/> (redigida pelo professor Reis e postada pela Associação Mulheres pela Paz)
- Criação de um grupo de WhatsApp com todas as pessoas participantes da Oficina, para a implementação de ações. Foi criado o grupo “Oficina 02/10/24 Ribeirão Preto”. Sheila Brandão se encarregou de criar uma frente de participantes para tal implementação.
- Adesão à “Campanha Femicídio Zero” promovida pelo Ministério das Mulheres, principalmente em espaços masculinos como estádios de futebol.
- Criar e/ou implementar o acolhimento institucional às vítimas de violência de gênero.
- Acionar deputadas/os/es e vereadores/as/es para propor alterações nas diretrizes curriculares do Plano Nacional de Educação (PNE) – no nível municipal, estadual e federal – dos cursos de graduação, notadamente nas áreas de educação, saúde (medicina, terapia ocupacional, enfermagem), serviço social, segurança, psicologia, direito, pedagogia e publicidade, no que se refere à educação em gênero, orientação sexual e identidade de gênero.



- Incidir na implantação/ implementação de cursos de educação em gênero, orientação sexual e identidade de gênero, no ensino fundamental, das escolas municipais.
- Inserir a formação permanente sobre o tema nos serviços públicos.
- Criar espaços de acolhimento para companheiras que atuam na rede de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas, de entidades, órgãos públicos e universidades (cuidar de quem cuida).
- Primeira Infância – Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e aos Adolescentes. Elaborar carta-compromisso para garantir “Fortalecimento do Sistema”, “Articulação Qualificada de Atuação em Rede”, “Campanhas de Conscientização sobre Racismo e Maus Tratos”, “Conscientização de Profissionais”. Proposta sugerida por Rosa Vanessa, que ficará responsável pela elaboração da carta-compromisso e por sua divulgação (junto com a frente de participante).
- Incidir para a implantação da Delegacia da Mulher com funcionamento 24 horas.
- Incidir para a implantação de serviço de médico legisla por 24 horas.



DEBATE ENTRE PARTICIPANTES DA OFICINA

Quando falamos da violência praticada por homens que interrompem a fala de uma mulher no espaço de poder - diga-se de passagem, violência com consequências irreparáveis para além da disputa de poder -, falta empatia, é agressividade com o intuito de diminuir, menosprezar a mulher e marcar território para afirmar o machismo. Precisamos atentar também para a violência praticada e sofrida, de mulheres para com as mulheres. Quando nos interrompemos, descredibilizamos a fala ou manifestação umas das outras, também marcando território, disputando poder. Mas “que poder?”. E nós, mulheres negras, vivenciamos essa situação de modo contundente, reforçando, desta feita, todo o machismo e suas consequências, para além da violência que praticamos contra nós e nosso empoderamento.

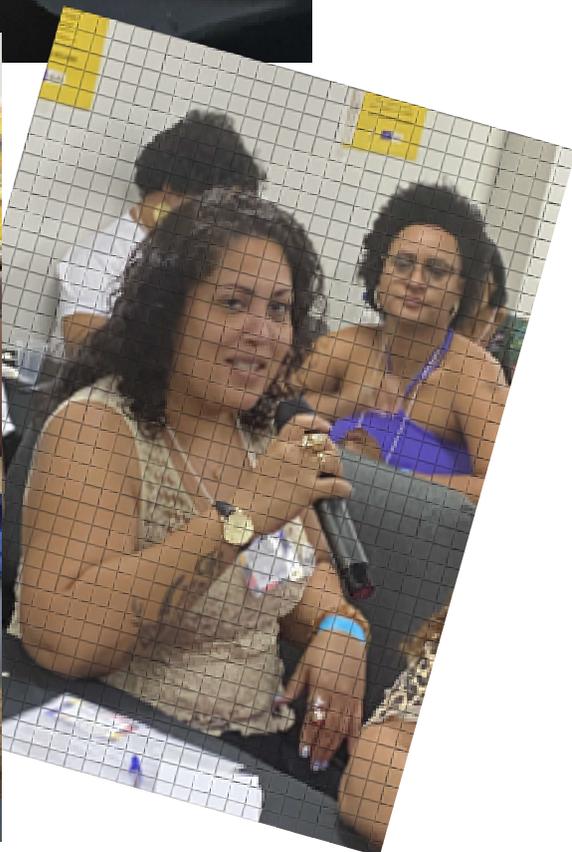
O conceito de comunicação não violenta, muito bem estruturada por Marshall, é válido até a página 2, porque, dentro de uma sociedade onde o silenciamento das mulheres negras se faz contumaz, é quase ilusório acharmos que esse corpo negro, atravessado pelas mais cruéis e inúmeras violências e desumanizações, quando ela falar, quando finalmente for ouvida, não irá gritar as violências que lhe atravessam e a fazem como sujeito social. Assim sendo, tal metodologia precisa se atentar à interseccionalidade.

Para mulheres negras, por mais que utilizemos práticas aqui pontuadas, não tem o mesmo efeito que os grupos não negros. Sugiro que nessas explicações sejam inseridas pessoas negras, com construções que possuam tratamento em uma perspectiva racial.



DEBATE ENTRE PARTICIPANTES DA OFICINA

A gente verifica que tem toda uma luta de mulheres que não está em nossa literatura. Mulheres nós conhecemos há anos, que já faleceram, e tem mulheres atuais também. Nós temos a Beatriz do Nascimento que morreu em 1995. Ela foi da luta das mulheres nos anos 1970. Foi ela a primeira mulher a falar sobre Quilombo. E, depois disso, outras mulheres vieram também nessa luta, né? Foi quando a Teresa Santos falou dessa questão da água para as mulheres, da necessidade de banheiro para as mulheres. Eu me lembro que no primeiro Conselho da Mulher do Estado de São Paulo, foi ela quem mais brigou junto ao governador da época, para ter um assento de mulher negra. Tem a resistência, a luta das mulheres nas favelas, nos morros, pelo direito à água. O que ela queria para essas mulheres? Pelo menos um banheiro para tomar um banho ou ter um assento, uma parede para ela se sentar e se lavar após uma relação sexual. Isso para São Paulo, pro Conselho, isso foi muito terrível, né, no sentido que isso não era coisa pra se discutir lá. A gente tem que lembrar que se hoje temos tantos artistas negros e negras, é porque houve luta grande lá atrás. E essa luta começa com a Ruth de Sousa, que foi a primeira negra do cinema brasileira, a primeira negra da televisão brasileira, aonde ela faz uma luta sutil, porque ela era sozinha. Aí vem o Grande Otelo e aí vieram outros que estão ainda vivos, né. Há muitos nomes que precisam ser lembrados, de outras frentes também: a psicóloga Maria Lúcia da Silva que abriu o primeiro consultório em São Paulo para atender a questão da saúde mental das mulheres negras. Tem a Dra. Regina Duarte, que foi a primeira mulher negra a ser secretária da saúde no Rio Grande do Sul. E a Matilde Ribeiro, primeira ministra negra, que veio da luta do movimento de mulheres metalúrgicas. Nessa linha do tempo, a gente tem sempre que colocar a importância delas na luta das mulheres do Brasil.



DEBATE ENTRE PARTICIPANTES DA OFICINA

Essa questão das mulheres negras e tal, em Ribeirão Preto, teve um piolho de porco. Não sei se alguém já ouviu falar nessa expressão piolho de porco. A baixada aqui em Ribeirão Preto, perto da estação rodoviária, era onde ficava a estação ferroviária, a antiga ferrovia. Ali, havia vários piolhos de porco. Um ambiente deteriorado, terrenos vazios onde se construíam pequenas casinhas, uma média de 20 a 30 casinhas de mulheres negras com seus filhos. Chamava-se piolho de porco, porque justamente agregava a família negra num espaço único. Trata-se de um termo racista, pejorativo. Quando se perguntava quem morava lá, a resposta era “as mulheres do piolho de porco”. E isso aconteceu no Brasil inteiro, não foi só em Ribeirão Preto, não!

Nós moramos num território em que não são só os negros que são assim, que sofrem preconceitos, são as pessoas pobres que moram nas comunidades, entendeu? Essas são as pessoas que estão sofrendo até hoje, né?

A Adria fala muito bem no momento que ela relata tudo isso, mas não são só os negros, não, os pobres, também. A gente mora num assentamento, nós temos tudo, não passamos necessidades porque a gente produz, a gente come o que a gente planta. Mas é um caos quando a gente precisa sair para procurar uma vaga para o filho, uma vaga para o neto, a vaga para o filho do vizinho... E também quando buscamos por serviços de saúde, principalmente em Ribeirão Preto que é um caos.

Nós não temos prefeito. O prefeito não reconhece o assentamento como área do município de Ribeirão Preto. Então, aí fica bem difícil para nós. De qualquer forma, a gente está lutando, se unindo com o pessoal da sociedade civil aqui fora, e aí a gente consegue alguma coisa, sabe?

Já tivemos muitas conquistas, mas hoje a gente perdeu várias delas com essa atual administração.



EXISTÊNCIA DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

SERVIÇO DE APOIO EXISTENTE PARA A MULHER VÍTIMA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, ARTICULADA EM REDE	RIBEIRÃO PRETO	SERTÃOZINHO	ARARAQUARA
Centro de Referência da Mulher	3/Sim 6/Não 6/Nada consta	2/Não	2/Sim
Hospital	10/Sim 2/Não 3/Nada consta	2/Não	2/Sim
IML	10/Sim 2/NÃO 3/nada consta	2/Não	2/Sim
Delegacia de Defesa da Mulher	10/Sim 1/Não 4/nada consta	2/Sim	2/Sim
Casa Abrigo	6/Sim 2/Não 7/Nada consta	2/Não	2/Sim
Patrulha Maria da Penha	10/Sim 5/Nada consta	2/Sim	2/Sim
Guarda Municipal	7/Sim 3/Não 7/Nada consta	2/Sim	2/Sim
Polícia Civil	7/Sim 2/Não 6/Nada consta	2/Sim	2/Sim
Secretaria da Mulher	4/Sim 5/Não 6/Nada consta	2/Não	1/Sim 1/Não
Secretaria Municipal de Assistência Social	9/Sim 1/Não 5/Nada consta	2/Sim	2/Sim

EXISTÊNCIA DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

SERVIÇO DE APOIO EXISTENTE PARA A MULHER VÍTIMA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, ARTICULADA EM REDE	RIBEIRÃO PRETO	SERTÃOZINHO	ARARAQUARA
	Secretaria Municipal de Educação	5/Sim 2/Não 4/Nada consta	2/Sim
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	10/Sim 5/Nada consta	2/Sim	2/Sim
Conselho Municipal de Igualdade Racial	8/Sim 2/Inativo 5/Nada consta	2/Sim	1/Sim 1/Não
Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência	7/Sim 2/Não 6/Nada consta	2/Sim	2/Sim
ONGs Feministas ou de Mulheres	12/Sim 3/Nada consta	2/Não	2/Sim
Câmaras Legislativas	14/Sim 1/Não	2/Sim	2/Sim
Defensoria Pública – Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher	9/Sim 1/Não 5/Nada consta	2/Não	2/Sim
CREAS	12/Sim 3/Nada consta	2/Sim	2/Sim
CRAS	12/Sim 3/Nada consta	2/Sim	2/Sim
Outros			

CONSIDERAÇÕES: A existência do serviço não significa que as ações estejam integradas, dentro de um protocolo interno e interinstitucional de atenção e prevenção ao enfrentamento da violência de gênero, o que caracteriza que existe uma política pública.

Além disso, a existência do serviço também não garante um atendimento qualificado se os profissionais não forem devidamente preparados por meio de formação especializada, conforme preconiza a Lei Maria da Penha.

Também não tivemos nenhum dos Municípios acima que apontaram a existência de um trabalho específico para o homem agressor.

SISTEMATIZAÇÃO REALIZADA POR ZEZA LOPES.

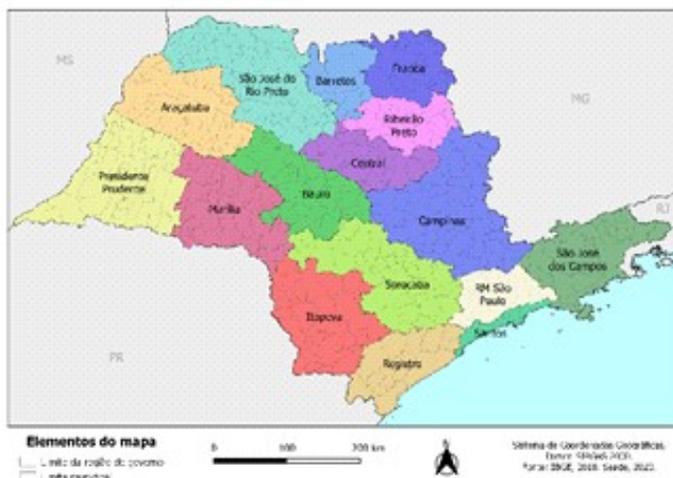
4. Marília: A resiliência das mulheres migrantes, indígenas e rurais na região da indústria alimentícia



Durante o Evento Preparatório, em 04/11/24, no Alves Hotel, as principais lideranças da rede local de enfrentamento à violência contra a mulher contribuíram com a gestão coletiva da oficina de capacitação, em termos de conteúdo, palestrantes e lista de participantes que incluiu as interseccionalidades.



A oficina de capacitação em 29/11/24 reuniu 51 lideranças diversas e plurais, de ONGs, órgãos de governo e universidades, da região de Marília. Os eventos contaram com vinte parcerias, as quais foram fundamentais para a construção conjunta das atividades.



Marília, que se localiza a 450 km da capital, foi elevada à categoria de município em 24 de dezembro de 1926, após ter sido um Distrito de Paz em 1926.

Sua instalação oficial ocorreu em 4 de abril de 1929.

Na década de 1950, Marília atingiu o pico de seu crescimento, devido principalmente à cultura do café, sendo considerada a cidade que mais cresceu no mundo. Em 1913, o governo do Estado encarregou o Coronel Antônio Carlos Ferraz de Sales de abrir uma estrada ligando Presidente Pena, hoje Cafelândia, na Noroeste, e Platina, na Sorocabana. O município é formado pela sede e pelos distritos de Amadeu

Amaral, Avencas, Dirceu, Lácio,
Padre Nóbrega e Rosália.

Em 2016 a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) classificou a cidade como a 23ª melhor do país para se viver; em 2017, Marília figurou, em estudo do Ipea, entre as 15 cidades mais pacíficas do Brasil, em um índice que considera municípios com população superior aos 100 mil habitantes. Figurou também no mesmo ano, em estudo produzido pela Urban Systems, como a 50ª dentre as cem cidades mais conectadas e inteligentes do Brasil.

O município desponta como polo educacional paulista, contando com quatro instituições públicas de nível técnico e superior (Unesp, Famema, Univesp e Fatec) e diversas instituições privadas.

Por conta de seu parque fabril no setor de alimentos, é comum que alguns bairros do município recebam o aroma de doces, biscoitos e chocolates por diversas vezes ao dia e à noite, já que empresas como a Marilan, funcionam ininterruptamente.

Marília possui uma expressiva comunidade nipônica, colocando-se junto a Londrina, como as maiores colônias japonesas do interior do país.

A Shindo Renmei, atuante em território brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, foi fundada por ex-militares japoneses em Marília, no ano de 1942, sua atuação marcou a história da colônia japonesa no Brasil. A colônia japonesa realiza anualmente uma das maiores atrações do município, o "Japan Fest"

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/Marilia>

Participantes da Oficina de Capacitação

Adriana Tognoli - PMDB-MULHER/ Rotary clube - Marília/SP

Adriana Aparecida Rodrigues - Candidata eleita Vereadora Vera Cruz- Marília/SP

Adriana Gallina Gratão Castro - Conselho da Pessoa com Deficiência - Marília/SP

Aline Camargo Ribeiro Valentim da Silva - Comandante da 1ª. Companhia de Polícia Militar do 9 BPM/I - Marília/SP

Ana Cristina dos Santos de Abreu - Secretaria Municipal de Educação - Marília/SP

Camila Mugnai Vieira - Coletivo de Mulheres de Marília- Marília/SP

Camila Rodrigues da Silva - Doutora em Ciências Sociais/Coordenadora de Gestão Pedagógica da Escola Estadual José Ambrósio dos Santos/Integrante da Coordenação do Coletivo de Mulheres - Marília/SP

Cin Falchi - Presidente do Conselho Municipal de Políticas LGBTI+ e diretor de Saúde do Trabalhador do SINDIMMAR - Marília/SP

Cleomara Cardoso de Siqueira - OAB - Marília/SP

Daiane Miranda R. Ferraz - Famena -Marília/SP

Daniela Biudes dos Santos Ortega - Diretoria de Ensino de Marília - Marília/SP

Darlene Rocha Costa - Delegada da Mulher - DDM Polícia Civil - Marília/SP

Denise Alexandre da Silva - Escrivã de Polícia DDM Polícia Civil - Marília/SP

Dinalva Pereira Miguel Salgado – ABBRASP - Associação Borracha Br de Seringueiros e Produtores- Marília/SP

Eliane Ferreira da Luz - Diretoria de Ensino de Marília - Marília/SP

Eliza Aparecida Bezerra dos Santos - Sindicato dos Químicos de Marília e região - Marília/SP

Fabiana Martins - Sec. Municipal da Saúde/CMDCA – Marília/SP

Flávia de Oliveira - Distrito de Dirceu/Marília/SP - Marília/SP

Helen Paiva Consalter - Diretoria de Ensino de Marília - Marília/SP

Irene Bernardo - Comunidade - Marília/SP

Isabela Silva Orlando Pereira - Conselho LGBTQI+ - Marília/SP

Irinéia Sebastião dos Santos - Aldeia Tereguá, Terra Indígena Araribá, próximo à Avaí, SP. – Marília

Lilian da Silva Cunha - CRIM - Coletivo de Resistência Indígena de Marília - Marília/SP

Lineth Hiordana Ugarte Bustamante - Conexão Migrante e Coletivo de Mulheres de Marília

Luci de Oliveira Milreu - Representante da ONG Origem: Associação Ambientalista de Marília

Luciana dos Santos Ferreira - Assessora de assuntos estratégicos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de Marília

Lucimar Vieira - Dependência química Situação de Rua - Marília/SP

Maria Aparecida Amâncio Honjoya - Conselho Tutelar - Marília/SP

Maria José Gonçalves - Diretoria de Ensino de Marília - Marília/SP

Maria Madalena Rangel - Acampamento MST - Marília/SP

Marilda de Oliveira Lemos - Professora do Curso Gênero e Masculinidades do mesmo programa da ONG Entre Nós - Marília/SP

Michele Rodrigues Lopes - Coletivo de Mulheres Vera Cruz - Marília/SP

Neusa Salles dos Santos Stavarengo - Louvor e Glória Casa Bom Samaritano - Marília/SP

Miriam Rosa Ferraz José - Comitê de Enfrentamento e HC Famema - Marília/SP

Ozeanne Batista dos Santos - União Brasileira de Mulheres - Marília/SP

Paula Fernandes Pirinete - Defensoria de Marília - Marília/SP

Patrícia Santos Marques – Policia Militar – Marília/SP

Priscila de Cássia de Souza Garcia - Assistente Social- Técnica da Secretaria de Assistência Social do setor de alta complexidade - Marília/SP

Raissa Rúbia - Marília/SP

Rayssa Marya Corvine Santos - Conselho da Mulher - Marília/SP

Rosana Aparecida Rosa Germano - COMPIR – Projeto Mães poderosas - Marília/SP

Rosana Rodrigues Rossini Camacho - Vereadora- Câmara Municipal - Marília/SP

Rosângela Ribeiro Miranda Rapanello - Profa.de língua portuguesa para migrantes - Marília/SP

Sônia Custódio - FAMEMA - Marília/SP

Suzana Felix da Silva - Liderança luta habitacional CDHU - Marília/SP

Thabata Cristine da Luz - Cientista social do Setor de Articulação da Política do SUAS da Secretaria de Assistência Social - Marília/SP

Vanilda Gonçalves de Lima -SINDIMAAR/NUDHUC - Marília/SP

Vera Vieira - Diretora Executiva da Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Walkiria Lobo J. Ferraz - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Wânia Lombardi - Secretaria Municipal de Direitos Humanos - Marília/SP

Expectativas





PARCERIAS LOCAIS

ABUNA “oferece proteção, provisão e acolhimento”, Coletivo de Mulheres de Garça, Coletivo de Mulheres Marília, Conselho Municipal de Políticas LGBTI+, Conselho Municipal de Promoção Igualdade Racial de Marília, Conexão Migrante, C.R.I.M. - Coletivo de Resistência Indígena de Marília, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Direitos Humanos Prefeitura de Marília, Diretoria de Ensino - Educação Estadual, FAMEMA - Faculdade de Medicina de Marília, Mulheres em Missão - Ministério das Mulheres, NUDHUC - Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília, NUDISE - Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Educação, OAB Marília, Rede Reabilitação Lucy Montoro, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Educação, Sindicato dos Químicos de Marília.

REALIZAÇÃO

Associação Mulheres pela Paz

APOIO

Ministério das Mulheres do Governo Federal

Marília e Região / SP



Seção
Marília



Rede de
Reabilitação
Lucy Montoro
AMMBA



PREFEITURA DE
MARÍLIA
EDUCAÇÃO



Agenda da Oficina

HORÁRIO	TEMA	RESPONSÁVEL
9h - 9h30	Credenciamento e café	Walkíria Ferraz
9h 30- 10h30	Dinâmica de apresentação e contextualização do projeto	Vera Vieira (1)
10h30 - 11h30	A PAZ é feminista e interseccional	Vera Vieira (1)
11h30 - 12h30	Feminismos e Femilidades, Patriarcado e Masculinidades, Vieses inconscientes da Discriminação	Marilda Lemos (2)
12h30 - 13h30	Almoço	
13h30 - 14h30	Os tipos de violência contra mulheres e meninas, as leis e os canais de ajuda	Camila Rodrigues da Silva (3)
14h30 - 15h30	A interseccionalidade racial e étnica como fator agravante da violência	Luciana Santos (4)
15h30 - 16h30	A vulnerabilidade da população LGBTQIAPN+	Cin Falchi (5)
16h30 - 17h30	Plano de Ação de Continuidade	Vera Vieira (1)

(1) VERA VIEIRA - Doutora em comunicação e feminismo pela USP/ECA; diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz; educadora popular feminista; ex coordenadora da Rede Mulher de Educação; é autora ou organizadora de diversas publicações interconectando estudos de gênero e novas tecnologias, e sobre violência de gênero; **(2) MARILDA LEMOS** - Doutora em Ciências Sociais pela FFLCH/USP; Membro do Comdim de Pirajuí/SP; Facilitadora do Programa *E Agora José?* de Pirajuí e professora do Curso Gênero e Masculinidades do mesmo programa da

ONG Entre Nós; **(3) Camila Rodrigues da Silva** - Doutora em Ciências Sociais Coordenadora de Gestão Pedagógica da Escola Estadual José Ambrósio dos Santos Integrante da Coordenação do Coletivo de Mulheres Marília Desenvolve pesquisas e atua no combate à violência contra as mulheres na cidade de Marília; **(4) Luciana Santos** - Professora, servidora pública municipal, cientista social pela Unesp de Marília, especialista em arte e educação, foi chefe de gabinete da secretaria da cultura, assessora de assuntos estratégicos da Secretaria de Direitos Humanos, atualmente é assessora de assuntos estratégicos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de Marília. Foi presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dirigente estadual da União Brasileira de Mulheres **(5) Cin Falchi** - Doutor em Educação, graduado em Filosofia e Pedagogia, Professor de Educação Infantil no Município de Marília, Professor de Saúde Integral da População LGBTI+ - FAMEMA, presidente do Conselho Municipal de Políticas LGBTI+ e diretor de Saúde do Trabalhador do SINDIMMAR.

A PAZ é feminista e interseccional foi o tema abordado por Vera Vieira. Ela destacou que a paz não é só o oposto de guerra armada. Tem a ver com vencer a guerra do dia a dia que ocorre com a discriminação de classe social, o sexismo, o racismo, a LGBTfobia, a violência contra mulheres e meninas...

Sofrimento e morte também estão presentes no cotidiano: quando não há creche e escola suficientes; quando hospitais estão superlotados: quando falta luz, água, saneamento básico. Quando há violência física, emocional ou psicológica nas famílias; quando as mulheres não ascendem o poder e quando as pessoas não têm oportunidades iguais.

Particularmente em contextos afetados por conflitos, armados ou não, intensificam-se várias formas de violência contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. A violência de gênero é um grande obstáculo no caminho para a



justiça de gênero e a paz duradoura. Desrespeito pelos direitos fundamentais, discriminação, desvantagem econômica e desvalorização geral com base no gênero, orientação sexual ou identidade de gênero prepararam o terreno para a violência física.

A violência sexual e de gênero não é uma consequência do conflito, mas um problema estrutural.

Os processos de paz oferecem janelas de oportunidade críticas para o reconhecimento formal dos direitos das mulheres, para a eliminação de estruturas sociais discriminatórias e normas de gênero, assim como para desafiar as normas de gênero vigentes.

É no dia a dia que as mulheres tentam construir um mundo pacífico, por meio de ações voltadas para a cidadania transformadora. São as feministas pela paz com perspectiva interseccional.

Feminismos e Feminilidades, Patriarcado e Masculinidades, Vieses Inconscientes da Discriminação foi o tema abordado por Marilda Lemos.

Ela frisou que feminismo é um movimento que tem como pauta a luta pela igualdade de gênero, para que mulheres e homens tenham os mesmos direitos e oportunidades. E feministas são as mulheres, praticantes, estudiosas do feminismo, que lutam no cotidiano, pela liberdade de expressão e de organização. O feminismo nasce da capacidade das mulheres de se rebelarem, se indignarem e resistirem de diversas formas contra a dominação, a exploração, a opressão. Existe desde há muito tempo, mesmo antes de ter essa dominação. A luta é por reconhecimento, respeito e empoderamento.

A *primeira onda feminista* aconteceu no final do século 19, com a luta pelo *direito ao voto*, em países como Estados Unidos e Inglaterra. No Brasil, o movimento sufragista ocorreu no início do século 20, com Bertha Lutz, Leolinda Daltro, Almerinda Gama, Chiquinha Gonzaga, Josefina Álvares de Azevedo e tantas outras.

A *primeira onda feminista* aconteceu no final do século 19, com a luta pelo *direito ao voto*, em países como Estados Unidos e Inglaterra. No Brasil, o movimento sufragista ocorreu no início do século 20, com Bertha Lutz, Leolinda Daltro, Almerinda Gama, Chiquinha Gonzaga, Josefina Álvares de Azevedo e tantas outras.

A *segunda onda* é marcada pelo ano de 1968, quando ocorre a revolução cultural, desencadeada

por estudantes franceses, unindo povos originários, negros, homossexuais, ecologistas e mulheres. A expressão de ordem é “*o corpo é nosso*”. É quando a pílula anticoncepcional é inventada, propiciando a revolução sexual das mulheres, que podiam fazer sexo por prazer e escolher o número de filhos. As mulheres brasileiras também se destacaram na luta contra a ditadura e pela

anistia. Foi forte a luta pelas Diretas Já e pela Constituinte de 1988.

A *terceira onda* se dá no século 21, marcada por *várias vertentes do feminismo*, com mulheres múltiplas e diversas.

Depois de citar os avanços na legislação

brasileira em prol das mulheres, Marilda destacou a invenção do patriarcado, cuja definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade, e que mulheres são privadas de acesso a esse poder.

O sistema patriarcal só funciona com a cooperação das mulheres, adquirida por intermédio da doutrinação, privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis.



Os tipos de violência contra mulheres e meninas, as leis e os canais de ajuda foi a temática enfocada por Camila Rodrigues da Silva. Ela iniciou sua palestra com um quiz da violência. “Em uma festa, Ana foi abordada por um menino que a forçou a ter relações sexuais, contra a sua vontade”. (resposta: violência sexual). “Paula e Ricardo são ex-namorado. Em um churrasco, ele sente ciúmes ao vê-la beijando um menino e a empurra contra a parede”. (resposta: violência física). “Mari quer se separar do Diogo. Ele não aceita a vontade dela e passa a dizer constantemente que ela não conseguirá viver sem ele, repetindo: ‘ninguém vai te querer além de mim’, ‘você não serve para nada’. Quando ela disse que estava se sentindo agredida, ele retrucou: ‘você está ficando louca, criando coisa na sua cabeça’”. (resposta: violência psicológica). “Enzo não quer que Tainá converse com amigos homens. Um dia, em uma crise de ciúmes, ao vê-la conversando com um amigo no WhatsApp, ele joga o celular dela no chão e o quebra.” (resposta: violência patrimonial). “Ao sair do trabalho, Maria é pega de surpresa por seu ex-marido que, inconformado com o fim da relação, passa a xingá-la e a dizer mentiras sobre ela na frente de seus colegas de trabalho.” (resposta: violência moral).



Camila destacou que a violência baseada em gênero, muitas vezes, é invisível [ver gráfico abaixo]. Ela acontece quando mulheres e meninas são vítimas de violência simplesmente por serem mulheres e meninas. A sociedade tem uma concepção machista que acredita que elas são inferiores a eles, e que as re-

lações de poder devem ser desiguais. O homem entende, equivocadamente, que possui mais poder do que a mulher, levando à violência de gênero. Acontece dentro de casa e na família, na rua, na escola, no trabalho...



A interseccionalidade racial e étnica como fator agravante da violência foi abordada por Luciana Santos, que iniciou sua fala esclarecendo alguns conceitos. O de etnia define as populações com base em suas diferenciações culturais e linguísticas, envolvendo tradições, religiões e outros elementos. O racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata ocorrem com base na raça, cor da pele, descendência e origem nacional ou étnica. As vítimas podem sofrer múltiplas ou agravadas formas de discriminação, calcadas ainda em outros aspectos correlatos como sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer outro tipo, origem social, propriedade, nascimento e outros. O IBGE assinala raças na categoria por cor: branca, preta, parda, amarela e indígena (vermelha).

Para Akotirene (2019), interseccionalidade é um sistema de opressão interligado que circunda a vida de mulheres negras no encontro de avenidas identitárias. Para Djamilia Ribeiro, o termo diz respeito aos eixos de poder, raça, etnia, classe, gênero, os quais se sobrepõem e se cruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram.

Os negros, a soma de pardos e negros, são os chamados afrodescendentes. Cabe à pessoa defi-

nir como se identifica. Ninguém deve se constranger quando for necessário questionar a pessoa atendida, ou seja, questioná-la como ela se autodeclara. O Sistema Classificatório de Cor e Raça do IBGE é um sistema auxiliar, e nunca deve servir para contra-argumentar a pessoa atendida em sua autodeclaração.

O racismo estrutural é a discriminação racial sistemática presente nas estruturas sociais. É o racismo existente na sociedade, que acaba por estar presente em todas as instâncias sociais, sejam institu-

cionais, políticas ou econômicas. O artigo 1º da Lei sobre Racismo (7.716/1989) estabelece que serão punidos os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, etnia, religião ou procedência nacional.

As mulheres negras representam 28% da população (60,6 milhões de pessoas). Ao mesmo tempo em que são maioria, são as que mais sofrem com o cruzamento das desigualdades de raça e gênero - ao lado das mulheres indígenas. Essas injustiças estão no campo do trabalho, da saúde, da habitação e muitos outros.



A vulnerabilidade da população LGBTQIAPN+ ficou a cargo de Cin Falchi, que definiu sua palestra como “a resistência da população LGBTQIAPN+ como base para a humanidade dos corpos e vivências abjetas”.

Ele explicou que a simetria entre empiria e teoria surge nas lutas sociais e, posteriormente, é apropriada pelos pesquisadores que passam a dedicar-se ao seu estudo. O engajamento político de pesquisadores também ajuda a tornar a utilização do conceito bastante propositiva. Há muitas expectativas por parte de pesquisadores-militantes em relação ao poder de transformação dos movimentos, perdendo-se muitas vezes de vista a capacidade de avaliar a dimensão real de suas potencialidades.

Segundo Laclau (1986), será com o surgimento de movimentos centrados em questões identitárias, também denominados de “novos movimentos sociais” que a problemática do sujeito passou a ser tratada de forma diferenciada na teoria sociológica. Esses movimentos, de

acordo com o autor, tendem a criar e politizar espaços alternativos de luta.

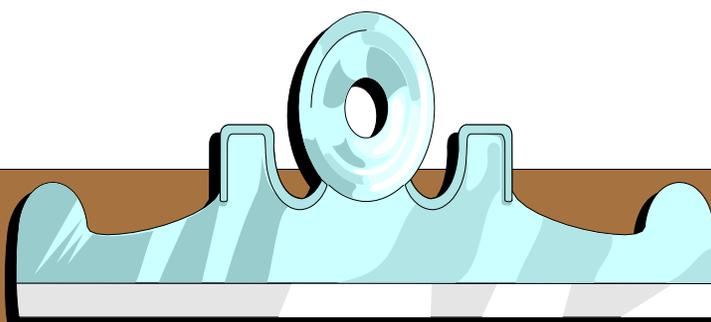
Vergonhosamente, o Brasil continua a ser o país que mais mata pessoas LGBT no mundo. Em 2023, foram assassinadas 142 travestis ou mulheres trans; 59 gays; 13 homens trans e pessoas transmasculinas; 7 mulheres lésbicas; e 8 de outros segmentos.

Para Cin, a resistência é a articulação entre a questão política e a questão ética do cuidado de si e da relação de si para consigo, questionando e criticando o que está dado como hegemonia da verdade do sujeito, mas que, necessariamente, perpassa toda a questão de sub-

jetivação de governo dos corpos.

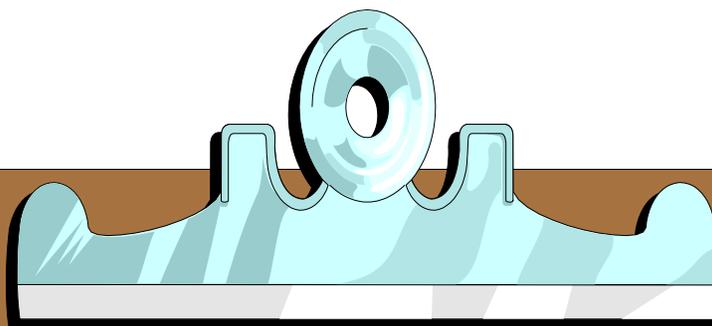
Essa coragem é também uma disposição em adentrar ações educativas na constituição de uma transversalidade que não é somente curricular, mas também uma transitividade entre as artes da existência e as práticas sociais (inclusive escolares).





PLANO DE AÇÃO DE CONTINUIDADE

- Criação de um grupo de WhatsApp com todas as pessoas participantes da Oficina, para a implementação de ações. Foi criado o grupo “Oficina Marília 2024”.
- Criação de uma frente de participantes para a implementação do Plano de Ação de Continuidade: Luciana, Hordana, Luci, Isabela, Vanilda, Elisa, Cin, Rossana, Adriana, Camila M., Paula, Rosana, Raíssa, Priscila, Profa. Tânia e Vera Vieira da Associação Mulheres pela Paz. Ficou acertado que será agendada uma primeira reunião via zoom (Vera tem assinatura; pode fornecer link).
- Incidir para a implantação de Vara de Violência Doméstica em Marília.
- Incidir para a ampliação do convênio entre OAB e Defensoria Pública, para a parte administrativa, para atendimento às vítimas de violência de gênero.
- Incidir para a implantação do projeto de Promotoras Legais Populares (contatar Amelinha Teles).
- Incidir para implantação de Centro de Referência LGBT, em Marília.
- Incidir para a institucionalização da Rede de Enfrentamento à Violência, criando Comitê de Enfrentamento à Violência Doméstica (por lei).
- Incidir para a garantia da Secretaria de Direitos Humanos, bem como para implantar e implementar a criação de serviços.
- Incidir para a criação da Secretaria Municipal das Mulheres.
- Incidir para a criação da Casa dos Conselhos de Políticas Públicas.
- Incidir para a criação do Conselho Municipal de Migrantes, em Marília.
- Incidir para a realização de um encontro de mulheres rurais, para a discussão da valorização da mulher do campo.



- Incidir para fazer valer a lei sobre compras públicas de alimentos da agricultura familiar, considerando 50% de mulheres.
- Incidir junto ao MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) para o estabelecimento do projeto “Quintais Produtivos”, para áreas rurais e urbanas periféricas.
- Incidir para a garantia da implantação de políticas públicas municipais, em Marília, para a juventude, povos nativos, ciganos/as e migrantes.
- Incidir para a implantação do seguro contra as sazonalidades climáticas para mulheres que atuam com agricultura familiar (federal).
- Incidir para implantação de políticas voltadas para mulheres presas e egressas.





DEBATE ENTRE PARTICIPANTES DA OFICINA

Eu quero parabenizar pelo evento. Há muito tempo é esperada a oportunidade de colocar essa questão da violência. Eu montei uma associação de moradores. Vi de perto como vivem as famílias. Fiquei incomodada com algumas coisas e encaminhei denúncia para os direitos humanos. Não sabia pra quem encaminhar, então, fui conversar com o bispo, Dom Oswaldo.

Ele me disse que eu tinha que conversar com políticos. E eu sempre tive muito medo dos conflitos de políticos. Na época, eu conversei com o professor Geraldo, da Unesp. E acabei me especializando na questão da religião. A igreja católica é toda voltada para o universo masculino, então, eu fui estudar Mariologia [parte da teologia que estuda a figura, o mistério, a missão e o significado de Maria na história da Salvação]. É “a ciência teológica que investiga, esclarece e aprofunda a presença atuante de Nossa Senhora no mistério de Cristo e na Igreja - Fonte: Ir. Aleixo Maria Autran). Aí comecei a observar as questões de católicos e evangélicos. Na Igreja Católica, eles procuram o lugar de Maria, não têm um lugar definido. Os evangélicos têm dificuldades com a história do nascimento de Jesus. Então, fica complicada a história de Maria. E no espiritismo, dentro de uma hierarquia, ela está acima de Jesus. Esses estudos foram muito interessantes porque me responderam a questão da violência de católicos e evangélicos.

Eu sou evangélica e estou muito feliz de estar aqui com todas essas mulheres lindas. Eu estou apaixonada por aquela mulher negra lá no fundo da sala, que eu nem conheço. A companheira indígena se disse incomodada com o fato de nós policiais estarmos armadas.

As armas fazem parte do nosso uniforme. Não podemos ficar sem elas.

E ela não precisa ficar nervosa com isso.

Estamos aqui para somar forças para o enfrentamento à violência contra mulheres e meninas.

Não podemos generalizar. Sabemos que há policiais violentos, que agredem ou matam antes de perguntar.

A capacitação de policiais nesses espaços é fundamental para alterar essa realidade.



DEBATE ENTRE PARTICIPANTES DA OFICINA

Eu queria fazer algumas provocações. A primeira no sentido de que eu discordo com a Luciana de que o Brasil é um país acolhedor. Isso é um mito. Se bem que o Brasil ainda tem alguma legislação... Os migrantes em situação de refúgio se encontram em situação extremamente delicada em função do sistema. Nós somos vistas como objeto de estudo, como público alvo, embora a legislação nos coloque como sujeitos de direitos. Abrem as portas pra gente ficar, e temos que nos virar com o que temos. Não temos uma política nacional para os migrantes. A gente tem que estar lutando no dia a dia, como a gente pode. Aqui em Marília, não se falava sobre migração, então, temos que colocar na pauta essa questão em todos os espaços possíveis, que é muito importante. Também temos que reforçar que é um mito dizer que o Brasil é um país acolhedor, assim como falar que o país tem muitos migrantes, o que sobrecarrega o sistema. Não é assim. Somos aproximadamente um milhão e meio, de acordo com a Polícia Federal. E os brasileiros vivendo fora do Brasil somam 4 milhões.

Então, são alguns dados que eu queria trazer.

Eu queria fazer uma complementação sobre a questão do pardismo. A primeira vez em que essa palavra foi cunhada, foi em uma carta de Pero Vaz de Caminha, quando ele estava chegando aqui pra colonizar o nosso território. Ele olhou os povos originários e generalizou, descrevendo esses povos como selvagens e todos pardos. Então, a primeira vez em que essa palavra foi cunhada na literatura foi por uma pessoa não indígena para descrever povos originários. E aí pensando como política pública, em que negros e pardos são colocados na mesma categoria, como uma questão de política socioeconômica... Mas é importante a gente reformular o que é o pardismo no Brasil, porque os quilombos modernos são formados pelas pessoas que vivem nas favelas e nas periferias. Nesses territórios, estão indígenas remanescentes também, netos e bisnetos de indígenas. Então, a grande maioria da população parda também é originária. Acho importante que, para além de a gente reivindicar o pardismo, é fundamental entender que esse conceito de mestiçagem também é um conceito de apagamento das identidades originárias.

EXISTÊNCIA DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REGIÃO DE MARÍLIA

SERVIÇO DE APOIO EXISTENTE PARA A MULHER VÍTIMA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, ARTICULADA EM REDE	MUNICÍPIO / SP			
	Marília (22)	Vera Cruz (2)	Itápolis (1)	Avai (1)
Centro de Referência da Mulher	Sim (22)	Não	Nada consta	Não
Hospital e IML	Sim (14) Não (5) Nada consta (3)	Não (2)	Nada consta	Nada consta
Delegacia de Defesa da Mulher	Sim (20) Não (1) Nada consta (1)	Não (2)	Sim	Não
Casa Abrigo OBS: Em construção. O que existe é uma Casa para pessoas em situação de rua	Sim (4) Não (11) Nada consta (7)	Não (2)	Não	Não
Patrulha Maria da Penha	Sim (13) Não (5) Nada consta (4)	Não (2)	Nada consta	Sim
Guarda Municipal	Sim (4) Não (11) Nada consta (7)	Não (2)	Nada consta	Nada consta
Polícia Civil	Sim (18) Nada consta (3)	Sim (2)	Nada consta	Nada consta
Secretaria da Mulher OBS: 2 confundem Secretaria da Mulher c/ Centro de Referência	Sim (6) Não (12) Nada consta (4)	Não (2)	Nada consta	Nada consta
Secretaria Municipal de Assistência Social	Sim (20) Não (1) Nada consta (1)	Sim (2)	Sim	Sim
Secretaria Municipal de Educação	Sim (16) Não (3) Nada consta (3)	Sim (2)	Sim	Nada consta

EXISTÊNCIA DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REGIÃO DE MARÍLIA

T1

SERVIÇO DE APOIO EXISTENTE PARA A MULHER VÍTIMA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, ARTICULADA EM REDE	MUNICÍPIO / SP			
	Marília (22)	Vera Cruz (2)	Itápolis (1)	Avai (1)
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	Sim (19) Nada consta (3)	Sim (1) Nada consta (1)	Nada consta	Nada consta
Conselho Municipal da Igualdade Racial	Sim (17) Não (1) Nada consta (4)	Não (2)	Nada consta	Nada consta
Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência Conta com um Convênio c/ a Sec. Estad.	Sim (17) Não (2) Nada consta (3)	Sim (1) Não (1)	Nada consta	Nada consta
ONGs Feministas ou de Mulheres	Sim (17) Não (2) Nada consta (3)	Sim (1) Nada consta (1)	Nada consta	Nada consta
Câmaras Legislativas	Sim (16) Não (2) Nada consta (4)	Sim (2)	Sim	Nada consta
Defensoria Pública - Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher	Sim (12) Não (3) Nada consta (7)	Não (2)	Sim	Nada consta
CREAS	Sim (16) Não (1) Nada consta (5)	Não (2)	Nada consta	Nada consta
CRAS	Sim (16) Não (1) Nada consta (5)	Sim (2)	Sim	Sim
OUTROS	Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta

CONSIDERAÇÕES:

- ✓ O preendimento demonstrou a inexistência do serviço, e/ou a desarticulação e desinformação das participantes sobre a Rede de Atendimento, Proteção e Garantia de Direitos;
- ✓ A existência do serviço não significa que as ações estejam integradas, dentro de um protocolo interno e interinstitucional de atenção e prevenção no enfrentamento da violência de gênero, o que caracteriza que existe uma política pública;
- ✓ A existência do serviço também não garante um atendimento qualificado se os profissionais não foram devidamente preparados por meio de formação especializada conforme preconiza a Lei Maria da Penha;
- ✓ Nenhum dos Municípios acima apontaram a existência de um trabalho específico para o homem agressor;
- ✓ SISTEMATIZAÇÃO REALIZADA POR ZEZA LOPES.

5. Votuporanga: a ínfima rede de serviços em contraste com a riqueza do agronegócio



Durante o Evento Preparatório, em 27/1/25, no Firenze Hotel, as principais lideranças da rede local de enfrentamento à violência contra a mulher contribuíram com a gestão coletiva da oficina de capacitação, em termos de conteúdo, palestrantes e lista de participantes que incluiu as interseccionalidades.



A oficina de capacitação em 24/2/25 reuniu 52 lideranças diversas e plurais, de ONGs, órgãos de governo e universidades, de oito cidades da região; Catanduva, Cosmorama, Fernandópolis, Mirassol, Parisi, São José do Rio Preto, Tanabi e Votuporanga, As atividades contaram com a parceria de 18 entidades da região.



Votuporanga, que fica a 520 Km² da capital paulista, possui uma população de 97 mil habitantes. O nome escolhido, **Votuporanga**, foi uma indicação de Sebastião Almeida Oliveira, tabelião de Tanabi. No dia 8 de agosto de 1937, a cidade foi fundada e foi celebrada uma missa pelo padre Isidoro Cordeiro Paranhos. Em 1944, a vila tornou-se distrito, município e sede da comarca, em decreto único. O primeiro prefeito foi Francisco Villar Horta. No mesmo ano, veio o desenvolvimento com a Estrada de Ferro Araraquara. Também foram construídas, posteriormente, a Santa Casa de Misericórdia e a contemporânea Igreja de Nossa Senhora Aparecida. Já na década de 1970, a Rodovia Euclides da Cunha, SP-320, que liga **Votuporanga** à capital do Estado, foi pavimentada. Houve, ainda, a criação da fundação educacional da cidade (atual Centro Universitário de **Votuporanga**). Na década de 1980, a cidade tomou impulso industrial, através do setor moveleiro, de implementos rodoviários e metalurgia. A cidade tem uma relevante indústria moveleira, sendo considerada um polo sul do setor. **Votuporanga** possui cerca de 210 indústrias de móveis e uma das maiores produtoras de implementos rodoviários do Brasil. Dentre os municípios da região, estão Catanduva, Cosmorama, Fernandópolis, Mirassol, Parisi, São José do Rio Preto e Tanabi.

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Votuporanga>

Participantes da Oficina de Capacitação

Adriana da Silva Arruda - Associação Moradores Lealdade e Amizade - S. J. Rio Preto/SP
Aline Gisele dos Anjos - Professora - Fernandópolis/SP
Aline Tondini Salvador - CRAM - Centro de Referência e Atendimento à Mulher – Votuporanga/SP
Ana Paula da Silva - Advogada - Votuporanga/SP
Angélica de Souza Oliveira - Vereadora Municipal de Ouroeste - Ouroeste/SP
Angelita Alves de Toledo - Assistente Social, CREAS - Centro de Referência de Assistência Social Votuporanga/SP
Antonia Aparecida de Souza - Secretária de Assistência Social de Mirassol -Mirassol/Votuporanga
Aparecida Gonçalves Dias - Secretária de Assistência Social – Mirassol/Votuporanga/SP
Beatriz Bueno Thomaz - Estudante - Votuporanga/SP
Beatriz Paes Dias Fernandes - CREAS - Centro de Referência de Assistência Social -Votuporanga/SP
Beatriz R. da Silva - Câmara Municipal de Catanduva - Catanduva/SP
Carolina Flauzino de Souza - Tribunal de Justiça de São Paulo - Tanabi/Votuporanga/SP
Claudionora Elis Tobias - Presidente do Conselho Municipal Afro - S. J. Rio Preto/SP
Cleia de Cruz L.Almeida - ARES - São José do Rio Preto/SP
Cleodinéia de Matos Palácio - FATEC - Votuporanga/SP
Cleunice Fernandes da Silva - Coletivo Elas por Elas - São José do Rio Preto/SP
Daniele Galdino de Oliveira - Crônicas das Pretas - Fernandópolis/SP
Debora Garcia Toledo - Câmara Municipal de Catanduva – Catanduva/SP
Denise Beatriz Rack de Almeida - Universidade Unilago de São José do Rio Preto - São José do Rio Preto/SP
Dinalva Pereira Miguel Salgado - ABBRASP – Associação Borracha Brasileira de Seringueiros Produtor - Mirassol/Votuporanga/SP
Elaine Cristina dos Santos de Souza -Setor Técnico do Fórum da Comarca de Tanabi - São José do Rio Preto/SP
Elaine Friozi Garcia Guimarães - Secretária Assistência social de Ouroeste - Ouroeste/São José do Rio Preto/SP
Eni Fernandes - Ex-Secretária da Mulher- São José do Rio Preto/SP
Fátima Aparecida Barbosa - Coletivo Negro Casa da Mãe Joana - Votuporanga/SP
Francielle Patricia Outides - Representante a Diretoria de Material Reciclável - São José do Rio Preto/SP
Frida Pascio Monteiro - Estudante de Doutorado e Letras e Teoria e Estudos Literários pelo IILCE/ UNESP - Fernandópolis/SP
Giane da Silva Franco - CRAM-Centro de Referência e Atendimento à Mulher – Votuporanga/SP
Gislangi Martins Neto - Grupo Mulheres do Brasil – Núcleo - São José do Rio Preto/SP
Helen Cristina da Silva - OAB para Elas - Fernandópolis/SP
Isabela Alvarenga Lopes Brandão -Defensoria Pública- São José do Rio Preto/SP
Julio Cesar Tanone -Defensor Público - São José do Rio Preto/SP
Kataline Segura Melhado - Vereadora de Cosmorama - Cosmorama/SP
Kelli Regina Kamikawachi - CRAM-Centro de Referência e Atendimento à Mulher – Votuporanga/SP
Letícia Muniz Lopes - Associação Riopretense de Educação e Saúde - ARES- São José do Rio Preto



PARCERIAS LOCAIS

ABBRASP; ARA; Associação Riopretense ARES de Educação e Saúde;
 Casa da Mãe Joana; Casa de Acolhimento Irmã Dulce;
 Conselho Municipal AFRO de São José do Rio Preto; CREAS; CRESS-SP;
 Crônicas das Pretas; Grupo Mulheres do Brasil;
 Mulheres na Política de S.J.Rio Preto; OAB para ELAS;
 Prefeitura de Ouroeste; Rede Panapanã; Serviço Social Unilago; UNESP.

REALIZAÇÃO

Associação Mulheres pela Paz

APOIO

Ministério das Mulheres do Governo Federal

Coranga e Região/SP



Agenda da Oficina

HORÁRIO	TEMA	RESPONSÁVEL
9h - 9h30	Credenciamento e café	Walkíria L.J. Ferraz Logística e Secretaria
9h30 - 10h30	Dinâmica de apresentação e contextualização do projeto	Vera Vieira (1)
10h30 - 11h30	A PAZ é feminista e interseccional	Vera Vieira (1)
11h30 - 12h30	A vulnerabilidade da população LGBTQIA+	Frida Pascio de Monteiro (2)
12h30 - 13h30	Almoço	
13h30 - 14h30	Os tipos de violência contra mulheres e meninas, as leis e os canais de ajuda	Zeza Lopes (3)
14h30 - 15h30	A interseccionalidade étnico-racial como fator agravante da violência	Angelita Alves de Toledo (4)
15h30 - 16h30	Feminismos e Feminilidades, Patriarcado e Masculinidades, Vieses Inconscientes da Discriminação	Silvana Torquato Duarte (5)
16h30 - 17h30	Plano de Ação de Continuidade	Vera Vieira (1)

(1) VERA VIEIRA - Doutora em comunicação e feminismo pela USP/ECA; diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz; educadora popular feminista; ex coordenadora da Rede Mulher de Educação; é autora ou organizadora de diversas publicações interconectando estudos de gênero e novas tecnologias, e sobre violência de gênero; **(2) Frida Pascio Monteiro** - Mulher transexual, Palestrante de Sexualidades e Gênero e Transgeneridades, Doutoranda em Letras em Teoria e Estudos Literários pelo IBILCE UNESP de São José do Rio Preto, Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Araraquara (FCL/Ar), formada em Letras Português/Inglês pela Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF), em Letras Português/Espanhol pela UniBF/Centro Universitário ETEP, Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); **(3) ZEZA LOPES** - Socióloga;

educadora popular feminista; membra da Rede Mulher de Educação, do Grupo de Mulheres na Periferia e do Levante São Paulo contra o Femicídio; integrou a equipe de um dos três primeiros serviços no enfrentamento à violência de gênero no Brasil, na década de 1980; **(4) Angelita Alves de Toledo** - Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina/UEL, Especialista em Políticas Públicas pela Universidade do Sul de Santa Catarina, Mestra em Direitos Humanos e Questão Social pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Técnica em Comunicação - Radialista/Senac. Servidora pública, atua como Assistente Social do CREAS- Centro de Referência de Assistência Social de Votuporanga; **(5) Silvana Torquato Duarte** - Engenheira florestal ecossocialista e feminista, membro do coletivo Lugar de Mulher é Onde Ela Quiser de Rio Preto.

A PAZ é feminista

e interseccional foi o tema abordado por Vera Vieira. Ela explicou que o conceito ampliado de Paz se baseia na segurança humana e justiça social, o que não pode existir caso não haja o fim da violência contra mulheres e meninas, assim como a igualdade de oportunidades e poder levando em conta as interseccionalidades de classe social, gênero, raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero. Foi exatamente para dar visibilidade à luta cotidiana das mulheres pela paz em todo o mundo, que surgiu, na Suíça, o projeto “1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005”. Até então, somente seis mulheres haviam recebido tal prêmio. Entretanto, são elas que estão à frente da luta contra todas as injustiças de nossa sociedade, em defesa dos direitos humanos, protegendo crianças e pessoas idosas, eliminando a pobreza, denunci-



ando todas as formas de violência estrutural, discriminação patriarcal, por educação, saúde e meio ambiente. Aumentou para 19 mulheres, até 2024.

São mulheres que promovem meios ativos e não violentos pela solução de conflitos, injustiças estruturais e desigualdades, pelo entendimento entre povos e raças. Do Brasil, foram 52 as mulheres indicadas,

que trabalham na cidade, no campo, nas universidades, hospitais, centros de trabalho, com toda a diversidade e pluralidade. A partir de então, a Associação Mulheres pela Paz deu continuidade às ações de dar visibilidade ao trabalho da mulher, além de focar também no enfrentamento à violência contra a mulher, que se materializa na vida cotidiana principalmente pela violência doméstica, violência sexual e tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

A vulnerabilidade da população LGBT-QIAPN+

ficou a cargo de Frida Pascio de Monteiro. Ela iniciou a palestra esclarecendo as diferenças entre os sexos biológicos: **Masculino** = possuem pênis, saco escrotal, testículos; **Feminino** = possuem vagina, ovários, útero e vulva; **Intersexo** = possuem caracteres considerados masculinos e femininos, conjuntamente, assim como genótipo,

gônadas, hormônios. Antigamente, eram os chamados **hermafroditas**, termo considerado pejorativo atualmente. Genotipicamente, há por volta de 50 variações cromossômicas além do XX (feminino) e XY (masculino).

Em seguida, explicou sobre as diferentes identidades de gênero: **Cisgêneros** = identificam-se com o gênero atribuído ao nascimento, de acordo com a genitália, havendo consonância entre a psiquê e o sexo biológico; **Transgêneros** = não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento, de acordo com a genitália, havendo dissonância entre a psiquê e o sexo biológico. São **mulheres travestis** e **mulheres transexuais**; **Não binárias** = não se identificam com as identidades de gênero dentre os espectros da cisgeneridade e transgeneridade. Quanto às orientações sexuais, ela destacou: **Lésbicas** = mulheres que se atraem pelo mesmo gênero; **Bissexuais** = mulheres que se atraem por



ambos os gêneros; **Assexuais** = mulheres que não sentem atração romântica ou sexual por outros gêneros; **Pansexuais** = mulheres que se atraem por pessoas, independentemente de identidade de gênero ou orientação sexual.

De acordo com o Relatório do Grupo Gay da Bahia, de 2024, o Brasil permanece como o país com maior número de homi-

cídios e suicídios de pessoas LGBT+ no mundo. Foram registradas 291 mortes violentas, 34 casos a mais do que em 2023, um aumento de 8,83% em relação ao ano anterior (257 mortes). Uma morte violenta de LGBT a cada 30 horas. Nesse total, estão incluídos 273 homicídios e 18 suicídios. O Grupo Gay Bahia (GGB) é a mais antiga organização não-governamental LGBT+ da América Latina, que realiza este levantamento desde 1980, há 45 anos. Além das 291 mortes confirmadas, há 32 casos em investigação, classificados como “no limbo”, que aguardam mais apurações para possível confirmação. Caso sejam validados, o número total de mortes violentas subiria para 323. Esse trabalho de pesquisa, conduzido sem apoio financeiro do governo, é realizado por voluntários que se dedicam a reunir dados em sites da internet, blogs, redes sociais e veículos de comunicação.

Os tipos de violência contra mulheres e meninas, as leis e os canais de ajuda foi o tema abordado por Zeza Lopes. Ela iniciou sua fala enaltecendo a Lei Maria da Penha (11.340/2006), uma conquista do movimento feminista e de mulheres. Além disso, teve a participação direta de lideranças feministas, principalmente advogadas em sua elaboração. Esta lei não apenas reforçou a proteção das mulheres, mas também transformou a forma como a sociedade e o sistema de justiça tratam as questões de violência contra a mulher. É considerada o instrumento jurídico mais forte, e reconhecidamente uma das três leis mais bem elaboradas no mundo.

Zeza explicitou o conceito de violência doméstica ou intrafamiliar: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, tanto na esfera pública como na privada”. As estatísticas comprovam que a violência de gênero ocorre majoritariamente na vida das mulheres, inde-

pendente da idade, classe social, orientação sexual origem étnica, religião, ou grau de instrução. E as mulheres negras e pobres são as mais afetadas. No mundo, uma em cada três mulheres é vítima de violência. No Brasil, a cada 6 minutos, uma mulher é vítima de estupro.



Depois de explicitar as diversas formas de violência, as leis e os canais de ajuda, ela ressaltou a importância da consolidação da rede regional de serviços. Zeza frisou que o sistema de REDE é uma política pública e que o poder público é responsável por ações preconizadas na Política Nacional de Enfrentamento da Violência Doméstica, balizadas na Lei Maria da Penha e em parceria com organismos feministas

da sociedade civil e iniciativa privada.

Zeza finalizou sua palestra, ressaltando o slogan de uma Campanha 16 Dias de Ativismo: *Não existe mulher que gosta de apalpar! O que existe é mulher humilhada demais para denunciar, machucada demais para reagir, pobre demais para ir embora!*

A interseccionalidade étnico-racial como fator agravante da violência

foi abordada por Angelita Alves de Toledo, que enfatizou que a violência contra mulheres negras e indígenas é um problema estrutural e histórico que reflete desigualdades sociais, raciais e de gênero. Essas mulheres enfrentam não apenas a violência de gênero, mas também o racismo e a marginalização so-



cial, o que torna algumas situações ainda mais vulneráveis. O contexto de violência que atinge essa população está diretamente ligado à colonização, à escravidão e à exclusão social ao longo da história. As categorias gênero, raça e etnia se interseccionam com classe social, o “nó problemático” de Heleieth Saffioti: a interseção entre capitalismo, patriarcado e racismo na perpetuação da violência. Para Saffioti, há três contradições fundamentais na sociedade, que devem ser consideradas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi se fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo (2000, p.73).

Rigorosamente, o econômico e o político integram o social de maneira indissolúvel. Ou seja, o econômico e o político são consubstanciais ao social.

A interseccionalidade atua como uma ferramenta essencial para analisar as desigualdades sociais, permitindo compreender como diferen-

tes formas de opressão se sobrepõem e impactam grupos vulnerabilizados. (Kimberlé Crenshaw). Quando falamos de interseccionalidade, estamos nos referindo à forma como, na constituição da subjetividade e da identidade dos sujeitos, diversas categorias como gênero, raça, etnia, classe, religião, idade, orientação sexual, entre tantas, se cruzam produzindo formas particulares de opressão ou privilégio.

As estatísticas demonstram essa realidade: em 2021, 3856 mulheres foram mortas de forma violenta no Brasil, mais de dez por dia. Dessas, 2601 eram mulheres negras, representando 67,4%. O número de feminicídios de mulheres indígenas cresceu 500%.

Feminismos e Feminilidades, Patriarcado e Masculinidades, Vieses Inconscientes da Discriminação foi abordado por Silvana, que optou por uma forma criativa de abordar a temática, discorrendo sobre sua trajetória de vida, que perpassa por todos os conceitos. “Esse é um tema tão amplo, então eu vou falar a partir da minha história. Não tem um conteúdo teórico, mas tem minha vivência que transpassa todos as questões, para enterdemos como todos esses elementos vão transpassando a nossa existência e vão nos qualificando para ocupar espaços. Eu sou do Rio de Janeiro. Quando



criança gostava muito de brincar no coletivo, na rua, brincar de pique, jogar futebol, andar de bicicleta. Eu era menina, mas usava cabelo curtinho e estava sempre no meio dos meninos. E sofria muito deboche por causa disso. Aí começam os conflitos; haviam os olhares desconfiados que pareciam se questionar se eu era menina mesmo. Na adolescência, gostava de roupas diferentes, porque gostava da liberdade das roupas mas-

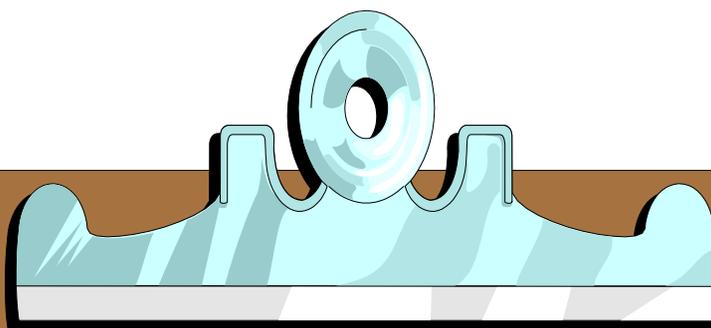
culinas. Começo a desenvolver a sexualidade. Eu sentia desejos por meninos. Comecei a questionar o que era a feminilidade, todos os estereótipos - delicada, gentil, meiga... Isso reduz todas as possibilidades de feminilidade. Na fase adulta,

aconteceu o primeiro embarço com a questão do patriarcado, que tem o machismo como mola propulsora. Pra manter os privilégios dos homens, é preciso dizer para as mulheres que elas não podem ser muita coisa. Eu fiz um curso técnico em estradas, na área de construção civil. Surgiram quatro vagas para estagiar na estrada de Juiz de Fora. Só homens foram selecionados, mesmo tendo as notas melhores. Fui questionar e responderam que não havia sido selecionada por ser mulher.

Deixei a área de engenharia civil, decidindo por cursar engenharia florestal. Na turma de 45 que entraram na universidade, éramos cinco mulheres - e apenas uma preta. Não tinha nenhum homem negro. Eu tinha a sensação de que todos os espaços me eram negados. Não sabia qual era o meu lugar, onde eu me encaixava. Entro no movimento estudantil, para lutar por nossos direitos. Fui para um congresso em Viçosa, onde me

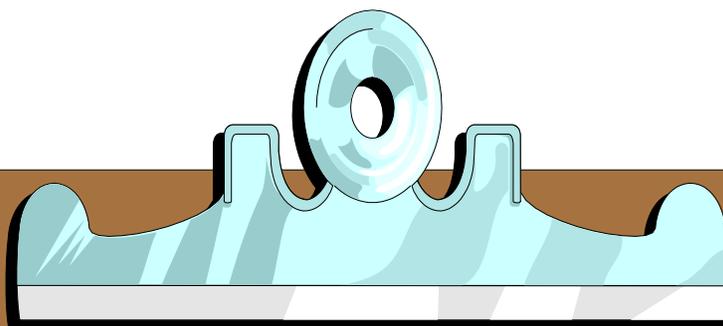
colocaram na mesa para falar sobre a discriminação da mulher na engenharia florestal. E para a decepção de minhas amigas, resolvi falar sobre o racismo. Perguntei quantas pessoas negras havia no curso. Uma pessoa pegou a palavra e disse que seu irmão fingia gostar de menina, porque não podia se declarar gay para a família. Apesar de ter pouca teoria, eu entendia que a questão da discriminação transpassa vários focos. Quando a gente é colocada no lugar de discutir apenas aquele quadrado, isso é de interesse do sistema, que quer a discussão das minorias de forma individualizada. Então, todas as minorias precisam estar de mãos dadas, porque a luta é nossa e as conquistas serão nossas também!. Depois de formada, aos 23 anos, conheço quem seria meu marido, que era um verdadeiro galã. No dia do meu casamento, estávamos em greve na universidade, fazendo manifestação. Pedi licença pra todo mundo e fui me casar. Teve almoço, eu me despedi, voltei para a manifestação, falando que a gente se encontraria na próxima semana. Depois da graduação, eu entrei no mestrado. Foi quando as coisas começam a desandar no casamento. Estava mais pra sapo do que pra príncipe encantado. Sabe a história que você beija o sapo para ele virar príncipe e você vira uma sapinha? Mais ou menos isso. Comecei a ver que algumas coisas estavam saindo dos eixos. Aí eu engravido. Nasce minha primeira filha. Comecei a pensar que talvez ele não fosse tão ruim assim... E fui seguindo, mas o que era ruim ficou até pior. Terminei o mestrado e entrei no doutorado. Eu tinha bolsa da Capes, o que me ajudava. Comecei a estreitar os laços com o socialismo, o meio ambiente, o enfrentamento ao capitalismo, que é o que corrói o planeta, que está destruindo as

nossas vidas. Começo a ser chamada para diversos trabalhos, em várias localidades. Comecei a viajar muito. Meus pais moravam na parte de cima da casa. Eles cuidavam da minha filha quando eu viajava. Em seguida, nasceram as gêmeas. Foi uma loucura. Dei uma desacelerada. Era um casal atípico, com a mulher se qualificando, viajando a trabalho... E ele não se sentia à vontade com essa vida. Aí entra a questão das masculinidades, mas ele não tinha coragem de dizer nada. Ele foi ficando amargurado e se tornando uma pessoa cruel. Nunca me agrediu, mas houve todas as outras violências. Eu consegui uma transferência para o estado de Minas Gerais. Tentamos ver se dava certo o casamento. Era eu mentindo pra ele e ele mentindo pra mim. Nasce meu filho. As discórdias aumentam ainda mais. A gente sai de Minas e vai pra Paraíba. A relação vai só por água abaixo. O casamento durou 25 anos, mesmo com todo esse processo de sofrimento. Eu me liberto disso tudo. Foi aí que ele mostrou a verdadeira face do machismo. Ele fez tudo pra me desqualificar pessoalmente, sexualmente, profissionalmente, como mãe... E aí o que acontece comigo? Fui fazer terapia, tomei remédio, durante dois anos. Até que um dia eu chego para as minhas filhas e peço perdão. Foi quando eu ouvi delas que elas tinham o maior orgulho de falar de mim para as amigas, toda a minha história era motivo de muito orgulho para elas. E elas são pessoas incríveis, com consciência social. E só pra gente ter um final feliz, pra não pensar que foi tudo tão tenebroso, depois desses dois anos, uma amiga me convidou pra ir para um samba. E eu nem danço. Chega um camarada e me chama pra dançar. Conclusão: estamos juntos há 15 anos. Cada um mora em sua cidade, que são próximas, mas há muito companheirismo e nos divertimos muito juntos.”



PLANO DE AÇÃO DE CONTINUIDADE

- Criação de um grupo de WhatsApp com todas as pessoas participantes da Oficina, para a implementação de ações. Foi criado o grupo “Oficina Votuporanga”.
- Criação de uma frente de participantes para a implementação do Plano de Ação de Continuidade, que passa a se reunir online: Bia, Fathi, Terezinha, Dinalva, Elaine Souza, Cida de Mirassol e Raquel.
- Incidir para a criação de casa abrigo por meio de consórcio tripartite.
- Incidir para a implantação de equipamento para as mulheres rurais, dada a distância e dificuldades de locomoção.
- Incidir para a participação ativa do Ministério Público na formulação de políticas públicas (Bia irá coordenar a discussão junto à frente de participantes do grupo).
- Implementar coletivo de mulheres em cada uma das cidades da região, visando inserção de novas participantes.
- Incidir para o comprometimento dos municípios e do estado para implantação e/ou implementação de políticas públicas.
- Realizar discussões em defesa da Lei Maria da Penha.
- CRAM – incidir para a criação nas cidades onde não existe.



- Incidir para a criação de Centro de Referência/ Acolhimento para a população LGBT+.
- Incidir para a criação de Secretaria ou Coordenadoria da Mulher nas cidades onde não existe.
- Incidir junto às prefeituras para a disponibilização de serviços de transporte e tradução para pessoas com deficiência, nos diversos eventos voltados para mulheres (no evento de Votuporanga, mulheres com deficiência não puderam comparecer por falta desse serviço).
- Incidir para a implantação de DDM (Delegacia de Defesa da Mulher) na cidade de Mirassol.





Eu fui candidata a vereadora aqui na cidade de Votuporanga, mas não fui eleita.

Quando a presidenta Dilma foi eleita, houve uma enxurrada de machismo.

Questionavam a palavra presidenta, dizendo que ela não existia. Ela é tão inteligente, com grandes falas, mas era sempre criticada. E ela dizia que fazia questão de utilizar a palavra presidenta, para despertar nas meninas que elas podem ocupar esses espaços.

Antigamente, também não existia essas palavras no feminino: prefeita, vereadora, deputada, senadora... Infelizmente, muitas mulheres defendem os homens pra ficar bem na fita; morrendo de falar mal da Dilma; ferveu de mulheres com bandeira verde e amarela para gritar “fora Dilma”. Então, eu me candidatei a vereadora por um partido de esquerda. Eu já nasci em uma família muito machista; minha mãe queria que eu casasse muito cedo. E eu queria ser livre... Então o conflito já começou aí.

Minha luta é grande. E quando a Dilma veio com essa fala, eu me senti tão empoderada... Ela me inspirou a me candidatar.

Achei extremamente importante a questão da cultura de paz e a questão da comunicação não violenta. Infelizmente, apesar de termos uma legislação que está entre as três melhores do mundo, a violência contra mulheres e meninas ainda é muito forte. Quando a gente se reconhece como grupo nesse luta, a gente combate essa cruel realidade. No ano passado, fizemos várias oficinas com educadoras.

Temos uma cartilha sobre o tema, que pode ser baixada na internet.

Existe uma lei que exige que os estados, os municípios tenham pelo menos uma semana de orientação, de capacitação sobre o combate à violência às meninas nas escolas. Isso não estava sendo cumprido, então, nós fizemos uma parceria com o Ministério Público, com a OAB e outras, estabelecendo esse ciclo de capacitação, inclusive com atividades pedagógicas. Nós também abordamos a comunicação não violenta, a questão da paz e as causas da violência. E a gente precisa aprender a se relacionar com base na paz, porque a violência só gera mais violência.



Eu quero parabenizar à Vera pelo evento, por trazer essa discussão para a nossa cidade. Faz 50 anos que eu milito neste país, que eu sou feminista. Nossa região precisa estruturar um fórum. São Paulo é um dos estados onde o patriarcado é muito pesado. As causas são inúmeras, mas uma delas é a estrutura do patriarcado que impôs uma hierarquia. E a violência se dá nessa competição, por causa dessa maldita hierarquia, que sufoca o coletivo.

O movimento feminista é um exemplo, tanto que antes da votação do PL que equiparava o aborto a crime de homicídio, em menos de 24 horas, mulheres do Brasil todo se mobilizaram em manifestações. Houve recuo dos parlamentares, que ficaram assustados, inclusive aqueles que estavam em cima do muro. Esse movimento não tem chefe, não tem hierarquia. É isso que vai mudar o mundo. Em todos os lugares onde a hierarquia é muito forte, arrebenta com os outros, inclusive com os homens.

Eu sou da periferia, eu sou da comunidade. A violência vai continuar enquanto nós, mulheres, não tivermos consciência dos nossos direitos. Quando a gente conhece os nossos direitos, a gente consegue chegar onde a gente quer. Meu primeiro emprego foi na reciclagem, quando eu comecei a entender o que era o ganha pão, ser mãe solteira e cuidar de duas filhas. Há muitos preconceitos. A mulher tem que ficar dentro de sua casa; ela não pode estudar, ela não pode seguir carreira. E aí a história que eu trago pra fortalecer é a seguinte: eu escutava a palavra empoderamento, mas não sabia o seu significado. Hoje, eu encaixo essa palavra, no sentido de que no outro casamento veio a parte das agressões, do abuso sexual, inclusive minha filha também foi abusada. Hoje, eu consigo contar essa história. Eu comecei a participar, porque eu precisei de apoio. A rede de apoio não existe na prática. Quando começaram essas agressões, eu fui procurar abrigo. Eu e minha filha vivíamos em cárcere privado. Eu levava choques, eu tenho três cirurgias no ânus porque fui praticamente detonada. Minha filha perdeu a virgindade com apenas sete anos de idade. Isso aconteceu em 2012. Quando procurei, não tive ajuda nem da educação, nem do conselho tutelar e nem no CRAS. Quando realmente a tragédia aconteceu, então, resolveram se manifestar. Uma conselheira que procurei me disse para irmos conversar com meu companheiro! Ela falou tudo para ele. Saí de lá agredida. Perdi minha casa, fui morar dentro de um carro. Minha mãe conseguiu pegar minhas filhas. A conselheira entrou com processo dizendo que eu abusava junto com ele. Graças a Deus, minha filha respondeu. Precisei sair do estado de São Paulo. Fiquei no Rio de Janeiro, que me amparou. Depois, voltei para São José do Rio Preto. Hoje estou bem, tenho minha casa e comecei a participar dessas conferências. Só que não vejo as pessoas da comunidade serem ouvidas. Isso é muito triste. Essas pessoas precisam contar os detalhes do sofrimento. Temos que ouvir tanto o de baixo como o de cima, porque é o de baixo que fortalece o de cima.

EXISTÊNCIA DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REGIÃO DE VOTUPORANGA

SERVIÇO DE APOIO EXISTENTE PARA A MULHER VÍTIMA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, ARTICULADA EM REDE	MUNICÍPIO /SP		
	CATANDUVA/1	FERNANDÓPOLIS/3	MIRASSOL/2
Centro de Referência da Mulher	Não	Não	Não
Hospital e IML	Sim	Sim	Não
Delegacia de Defesa da Mulher	Sim	Sim (sem plantão)	Não
Casa Abrigo	Não	Não	Não
Patrulha Maria da Penha	Não	Não	Não
Guarda Municipal	Sim	Não	Não
Polícia Civil	Sim	Sim	Sim
Secretaria da Mulher	Não	Não	1/Sim 1/Não
Secretaria Municipal de Assistência Social	Sim	Sim	Sim
Secretaria Municipal de Educação	Sim	Sim	Sim
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	Sim	Sim	Sim
Conselho Municipal da Igualdade Racial	Não	Sim	Não
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	Não	Nada consta	Não

EXISTÊNCIA DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REGIÃO DE VOTUPORANGA

SERVIÇO DE APOIO EXISTENTE PARA A MULHER VÍTIMA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, ARTICULADA EM REDE	MUNICÍPIO /SP			
	OUROESTE/2	S.J.R.PRETO/2	TANABI/3	VOTUPORANGA/5
Centro de Referência da Mulher	Não	Sim	Não	Sim
Hospital e IML	Apenas Hospital	Nada consta	Sim	Sim
Delegacia de Defesa da Mulher	Não	Sim (sem plantão)	Não	Sim (sem plantão)
Casa Abrigo	Apenas para casas e adol.	Lar S. Francisco E Casa Thales de Carvalho	Não	Não Auxílio aluguel está sendo implantado
Patrulha Maria da Penha	Não	Sim	Não	Não
Guarda Municipal	Não	Sim	Não	Não
Polícia Civil	Sim	Sim	Sim	Sim
Secretaria da Mulher	Não	Sim	Não	Não
Secretaria Municipal de Assistência Social	Sim	Sim	Sim	Sim
Secretaria Municipal de Educação	Sim	Sim	Sim	Sim
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	Não	Idosa	Não	Sim
Conselho Municipal da Igualdade Racial	Não	Sim	Não	Sim
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	1/ Sim 1/ Não	Sim	Não	Sim

EXISTÊNCIA DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REGIÃO DE VOTUPORANGA

SERVIÇO DE APOIO EXISTENTE PARA A MULHER VÍTIMA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, ARTICULADA EM REDE	MUNICÍPIO /SP			
	CATANDUVA/1	FERNANDÓPOLIS/3	MIRASSOL/2	OUROESTE/2
ONGs Feministas ou de Mulheres	Não	Projetos: OAB <u>por Elas</u> Crônicas das pretas	Não	Não
Câmaras Legislativas	Sim	Sim	Sim	Sim
Defensoria Pública – Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher	Não	Não Advogados conveniados	Não	Não
CREAS	Sim	Sim	Sim	Não
CRAS	Sim	Sim	Sim	Sim
Outros	Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta



CONSIDERAÇÕES: A existência do serviço não significa que as ações estejam integradas, dentro de um protocolo interno e interinstitucional de atenção e prevenção no enfrentamento da violência de gênero, o que caracteriza que existe uma política pública.

Além disso, a existência do serviço também não garante um atendimento qualificado se os profissionais não forem devidamente preparados por meio de formação especializada, conforme preconiza a Lei Maria da Penha.

Também não tivemos nenhum dos Municípios acima que apontaram a existência de um trabalho específico para o homem agressor.

SISTEMATIZAÇÃO REALIZADA POR ZEZA LOPES.



EXISTÊNCIA DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REGIÃO DE VOTUPORANGA

SERVIÇO DE APOIO EXISTENTE PARA A MULHER VÍTIMA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, ARTICULADA EM REDE	MUNICÍPIO /SP		
	S.J.R.PRETO/2	TANABI/3	VOTUPORANGA/5
ONGs Feministas ou de Mulheres	Nada consta	Não	Rede Parapanã de Mulheres do Noroeste SP E Coletivo de Negras Casa da Mãe Joana
Câmaras Legislativas	Sim	Sim	Sim
Defensoria Pública – Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher	Nada consta	Não	Sim
CREAS	Sim	Sim	Sim
CRAS	Sim	Sim	Sim
Outros	Nada consta	Nada consta	Nada consta

CONSIDERAÇÕES: A existência do serviço não significa que as ações estejam integradas, dentro de um protocolo interno e interinstitucional de atração e prevenção no enfrentamento da violência de gênero, a que caracteriza que existe uma política pública.

Além disso, a existência do serviço também não garante um atendimento qualificado se os profissionais não forem devidamente preparados por meio de formação especializada, conforme preconiza a Lei Maria da Penha.

Também não tivemos nenhum dos Municípios acima que apontaram a existência de um trabalho específico para o homem agressor.

SISTEMATIZAÇÃO REALIZADA POR ZEZA LOPES.





**Quando uma mulher incentiva os vôos de outra mulher,
ela está dando asas a si mesma.**

Empoderar uma irmã te faz ouvir a própria voz, te lembrando de quem você
é, libertando todo amor e beleza que residem no coração.

Ajude, Acolha, Prestígie, Motive e Fortaleça outras Mulheres.



Esta publicação eletrônica sistematiza o conteúdo das atividades presenciais de capacitação intituladas “Cultura de Paz na Luta contra a Violência às Mulheres e Meninas”, que foram realizadas em 2024 e 2025, em cinco cidades do estado de São Paulo - Santo André, Sumaré, Ribeirão Preto, Marília e Votuporanga -, culminando com um seminário final na cidade de São Paulo. Nesse evento final, participaram algumas lideranças de cada uma das localidades, ocasião em que apresentaram a experiência local e foi feito o lançamento desta publicação.

As atividades, com concepção e coordenação geral de Vera Vieira, contaram com educadoras locais e da entidade, além das intervenções qualificadas das participantes, que contribuíram com as especificidades locais e com os aspectos comuns nessa luta pelo enfrentamento à violência de gênero. Ressaltamos a participação de cerca de dez cidades em cada uma das localidades e das diversas parcerias locais de ONGs, órgãos de governo e universidades, que foram de fundamental importância.

As atividades se alicerçaram na metodologia de educação popular feminista, isto é, foram construídas *com* as pessoas e não *para* as pessoas. O conteúdo teórico e prático focou aspectos subjetivos e objetivos que auxiliaram na desconstrução de estereótipos discriminatórios e no fortalecimento das participantes, para avançar nessa trágica realidade, entre eles o conceito ampliado de paz, relações de gênero, estereótipos e discriminações, vieses inconscientes dos preconceitos, vulnerabilidade étnico-racial e LGBTQIAPN+, violência de gênero (tipos e leis), estratégias de prevenção à violência de gênero.

REALIZAÇÃO



APOIO



www.mulherespaz.org.br
associacao@mulherespaz.org.br